

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

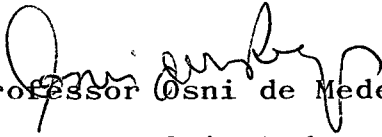
A ESTRUTURA CORONELISTA DE DOMINAÇÃO: ANÁLISE DE UM CASO

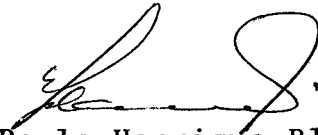
Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Direito.

LÉO ROSA DE ANDRADE

fevereiro - 1984

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.


Professor Osni de Medeiros Régis
Orientador


Professor Paulo Henrique Blasi
Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos
Professores:

Osni de Medeiros Régis

Cesar Luiz Pasold

Carlos Alberto Silveira Lenzi

À Pedro Bittencourt

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade. A Osni de Medeiros Régis que, não obstante as imperfeições de um trabalho já desenvolvido, aceitou orientar-me. Também, pelas sugestões que tanto melhoraram a dissertação. A Luiz César Passold e a Carlos Alberto Silveira Lenzi, que contribuíram, com carinho, para que o texto alcançasse rigor científico. A José María Gómez, pela sugestão do tema. A Paulo Henrique Blasi, pelo incentivo. A Silvana Deichmann Zimmermann, pelo estímulo. A Rita de Cássia Rebello Ilha e Nilda Silveira Souza, pela colaboração. A Dilsa Mondardo, pelo atendimento. A João Benjamim da Cruz Júnior, pela discussão e melhora do que foi feito.

S U M Á R I O

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	x
PREÂMBULO.....	vii

PARTE I

HISTÓRIA DO CORONELISMO.....	1
Introdução.....	2
CAPÍTULO I	
A FORMAÇÃO DO MANDONISMO PRIVADO.....	5
CAPÍTULO II	
A PRIMEIRA REAÇÃO DA COROA.....	11
CAPÍTULO III	
A SEGUNDA REAÇÃO DA COROA.....	15
CAPÍTULO IV	
A INDEPENDÊNCIA.....	19
CAPÍTULO V	
A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL.....	24
CAPÍTULO VI	
A REPÚBLICA E A TRANSIÇÃO MILITAR.....	31

CAPÍTULO VII	
A AFIRMAÇÃO DOS CORONÉIS.....	37
CAPÍTULO VIII	
A INTROMISSÃO MILITAR.....	45
CAPÍTULO IX	
A QUEDA DA REPÚBLICA VELHA.....	52
PARTE II	
O PERFIL SÓCIO-PSICOLÓGICO DO CORONEL.....	60
Introdução.....	61
CAPÍTULO I	
PELO LADO DO POVO.....	64
CAPÍTULO II	
A MISSÃO DO CORONEL.....	69
CAPÍTULO III	
TIPOS DE CORONEL.....	72
PARTE III	
IMARUÍ: UM SÉCULO DE CORONELISMO.....	77
Introdução.....	78
CAPÍTULO I	
IMARUÍ E SEU CORONEL.....	79
CAPÍTULO II	
A LINHAGEM DE PEDRO BITTENCOURT.....	86
CAPÍTULO III	
A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DE 30.....	88
CAPÍTULO IV	
ESTABELECENDO O PODER.....	91

CAPÍTULO V	
O PERÍODO DE 45.....	94
CAPÍTULO VI	
AS RELAÇÕES COM A UDN.....	96
CAPÍTULO VII	
A UBIQUIDADE DOS BITTENCOURT.....	99
CAPÍTULO VIII	
A OCUPAÇÃO DOS CARTÓRIOS.....	102
CAPÍTULO IX	
A PARTILHA DOS ÓRGÃOS CRIADOS PARA SER DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA.....	104
CAPÍTULO X	
A COLABORAÇÃO DOS COLABORADORES DA JUSTIÇA.....	107
PARTE IV	
CONCLUSÃO.....	113
A ESTRUTURA DE COMANDO, A ATUAÇÃO, O POVO ENVOLVIDO, OS TEMPOS MODERNOS.....	114
BIBLIOGRAFIA.....	126

R E S U M O

Desde os tempos de Colônia, o poder público no Brasil tem sido confundido com os interesses particulares da classe que domina o território e a economia.

Os senhores de terra, e mais tarde outros detentores de recursos, sempre controlaram a política nacional, criando uma estrutura de dominação que passou a ser conhecida como coronelismo.

O fenômeno do coronelismo, que informou a história política nacional, desgastou-se com as transformações tecnológicas e a urbanização dos interiores, logrando sobreviver, com adaptações necessárias, em raros lugares.

Em Imaruí, Santa Catarina, uma família decide sobre o destino político da cidade e de sua população há quase um século. Desde 1891 a família Bittencourt tem convivência com o poder. Inicia com Jerônimo Luiz Bittencourt, que foi Intendente, e continua com Ezaú Bittencourt, chefe da geração seguinte.

Seu mais hábil membro, porém, foi Pedro Bittencourt, neto de Jerônimo, filho de Ezaú, que em 1930 foi instalado no mando do Município, permanecendo até sua morte, em 1982. O poder local e a forma de gerí-lo e mantê-lo, sem dúvida, foi inventariado em família, como o mais respeitável e precioso de

todos os bens.

O contexto sócio político do mandonismo local e a atuação da família Bittencourt no comando do Município de Imaruí são o objeto específico deste estudo.

O referencial teórico proposto no início do trabalho fornece as categorias de entendimento necessárias à investigação das origens de uma estrutura coronelista, dos métodos de dominação, das características do coronelismo, das adaptações para a manutenção do poder e da conquista e utilização dos mecanismos modernos de dominação.

A B S T R A C T

Since the early colonial days of Brazil, public power has been mixed with private interests by those who dominate the territory and the economy.

The land owners, and later other resource owners, have always controlled national politics, creating a domination structure known as "coronelismo".

The "coronelismo" phenomenon, which has informed national political history, has been deteriorated by technological transformation and urbanization of inland areas, surviving in very few places with the necessary adaptations.

In Imaruí, Santa Catarina, a family has been deciding the political destiny of the city and its population for about a century. The Bittencourts have had the political power in their hands since 1891, beginning with Jerônimo Luiz Bittencourt, who was municipality Intendant, and continuing with the chief of the following generation Ezaú Bittencourt.

The Bittencourts' cleverest member, however, was Pedro Bittencourt, Ezaú's son and the grandson of Jerônimo, who was the county's political leader from 1930 until his death in 1982. The local power and the way of managing and keeping it was, no doubt, considered the most respectful and precious of all the

properties of the family.

The social and political context of local despotism and the Bittencourts' control of Imaruí are the aims of the present study.

Theoretical references made at the beginning of this dissertation provide the understanding categories necessary to investigate the origin of the "coronelismo" structure, the methods of domination, the characteristics of the "coronelismo", the adaptations for power keeping, and the conquest and utilization of modern devices of domination.

P R E Â M B U L O

Esta dissertação estuda a estrutura coronelista de poder, detendo-se, especificamente, na análise de um caso em que uma família de Imaruí, Santa Catarina, há quase um século detém o controle político da cidade.

O trabalho está dividido em quatro partes. Propõe um referencial teórico cuja elaboração considera historicamente os interesses dos coronéis e a atuação da classe para conquistar, manter e desenvolver poder político (1), estuda, sob aspectos sócio-psicológicos a figura do coronel, e analisa um caso de dominação coronelista sobrevivente às causas que têm determinado a extinção dessa forma de mandonismo.

A primeira parte interpreta a história do Brasil, investigando sempre a posição, a ótica dos coronéis em cada contexto que definiu os rumos políticos do País. Não cuida apenas de relatar os episódios, mas de apontar a interferência da classe.

A segunda parte categoriza o perfil sócio-psicológico do coronel. Arrecada e discute as considerações que o povô tem para com o chefe a quem submete a vontade política. Analisa a atuação do coronel e a justificativa moral que permite o paternalismo, a hierarquização e o autoritarismo que informam a relação coronelista de poder. Mostra que a forma pessoal de o

coronel atuar não define esta relação, mas que o coronelismo é definido pela barganha de interesses, pela substituição da vontade pela dependência, pela manipulação do sentimento de obrigação para com quem presta o favor.

A terceira parte é a análise de um caso. Estuda a atuação política de uma família que há quase um século convive em intimidade com o poder. Detalha a cidade dos Bittencourt, conta como ela foi conquistada e explica como a conquista foi mantida. Discute os métodos utilizados no estabelecimento do poder pessoal; mostra os espaços políticos e os órgãos criados para ser de utilização pública compartilhados entre a família e os compadres e a instrumentalização destes espaços e órgãos para fazer favores e arrebanhar agradecidos.

A quarta parte conclui a dissertação. Interpreta o fenômeno da família Bittencourt à luz do referencial teórico da dissertação. Articula uma exposição de como acontece, na prática, o coronelismo em Imaruí. Inicia explicando a hierarquia, a obediência a um sistema que se alimenta do entendimento que todos os envolvidos têm de que ele deve estar acima das expectativas e considerações pessoais. Fala sobre o autoritarismo não necessariamente violento, mas sobre o autoritarismo que, mesmo brando, substitui a vontade, troca-a pelo penhor de um dever, cria um agradecido. Discorre sobre o paternalismo, a assistência social do coronel e os sentimentos do povo envolvido. Encerra mostrando o tirocínio de Pedro Bittencourt, que soube compor métodos antigos de envolvimento e instrumental moderno de dominação, transformando seu reduto eleitoral em uma cidadela onde a estrutura coronelista de dominação sobrevive sólida, apesar dos tempos.

NOTAS

1. A expressão pode ser interpretada como reduntante, contudo o autor a utiliza conscientemente, para enfatizar que aos coronéis, e especialmente ao que é objeto deste estudo, interessa a manutenção e desenvolvimento do poder na órbita do político, sem maiores preocupações com o seu aspecto econômico.

P A R T E I

HISTÓRIA DO CORONELISMO

I N T R O D U Ç Ã O

O sistema de formação de poder no Brasil, em termos de canalização de votos, excetuando-se os tempos atuais onde as massas aglomeradas nos centros urbanos têm poder decisivo, sempre teve por fundamental a interferência do mandatário local estabelecido em cada distante rincão.

Mesmo no tempo presente as forças conservadoras sabem que têm grande parte de seus sufrágios passíveis de serem obtidos nos municípios menores, onde perdura a prática de canalização de votos, através da manutenção dos currais eleitorais.

No Brasil, a expressão da vontade do eleitor sempre foi intermediada, não só nos tempos idos, lá quando o País era colônia, mas também em épocas mais próximas, como na República Velha e mesmo na Revolução de 30, perdurando, em alguns casos, até os dias de hoje. Houve sempre um sistema de mandonismo local a barganhar interesses com as Províncias ou Estados e mesmo diretamente com os governantes da Colônia ou República.

Esta forma de acontecer a transação de poder, de se canalizar interesses, de se trocar votos por manutenção de prestígio é chamada de coronelismo.

O vocábulo tem a "origem do seu sentido translado aos autênticos ou falsos 'coronéis' da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o

tratamento de 'coronel', começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado." (1)

Desde a sua criação, em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional passou a existir em todos os Municípios e, dado que apesar de ser uma corporação militar, era de fato uma expressão do poder civil, o comando do regimento local, exercido sob a patente de coronel, era entregue ao chefe político mais poderoso.

Como o comando político era exercido mesmo sem o comando-em-chefe da Guarda Nacional, em cada Município, pelos fazendeiros, comerciantes ou industriais mais aquinhoados pela riqueza, de forma autoritária e prepotente, a soma a estas condições já extravagantes de um poder militar legalmente reconhecido aprofundava e alargava sua força e prestígio pessoais.

Não obstante a extinção da Guarda Nacional, em 1889, "o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de 'coronéis' os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário." (2)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MAGALHÃES, Basílio. In: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo, 1976. p. 19.
2. Ibid., p. 21.

C A P Í T U L O I

A FORMAÇÃO DO MANDONISMO PRIVADO

Essa situação de mandonismo político, senão de ditadura ou até de patriarcalismo, teve origem nos tempos do Brasil Colônia, sendo exercida, ainda naqueles tempos, principalmente no início da colonização, pelos senhores de engenho e, mais tarde, também pelos grandes criadores de gado e comerciantes abastados. O domínio coronelista que hoje existe é consequência, senão transformação, da forma de dominação exercida pelos senhores de engenho do Brasil Colônia, não obstante serem expressões de poder completamente diversas.

Nos tempos da Colônia, com a vasta extensão territorial existente e as carências de então de meios de comunicação e de instrumentos governamentais de controle, os senhores de terra viviam completamente isolados, tendo a seu redor a mão de obra escrava, alguns agregados, a própria família e poucas outras pessoas que se achegassem ao lugar por qualquer motivo. Ao mesmo tempo, detinham, fisicamente mesmo, todo o sistema de abastecimento alimentar, os animais de tração e transporte, as armas, a pólvora e o próprio local com resistência suficiente para oferecer proteção contra ataques de índios, aventureiros ou de conquistadores alienígenas. Essa situação de poder de fato ocorria em locais geograficamente isolados onde não havia, sob nenhuma forma, interferência do poder público.

O poder privado, assim, era irrefreável. Ocupava os espaços que bem entendesse, somente se chocando, eventualmente, com outra manifestação de poder privado. Pela absoluta falta de qualquer comunicação, senão as que fossem resultantes de longas expedições, enfeixava a autoridade privada local um poder absoluto, cujos critérios de exercício nasciam daquela ambiência.

A forma de organização, ou, dizendo melhor, a maneira que Portugal buscou para estabelecer seu domínio sobre o território virgem, inóspito do Brasil, foi dividi-lo em partes a serem distribuídas a homens de importância, de confiança da Coroa, que teriam poderes plenos, em todos os sentidos, para em nome da Metrópole desbravar e manter a conquista portuguesa. Esses territórios, verdadeiros reinados medievais, eram governados pelos chamados donatários, poderosos senhores de tudo o que por lá existisse, desde as pessoas que lá houvesse até as leis que porventura existissem.

Tal forma de administração foi posta em prática em 1534 e as partes somavam 12, chamando-se Capitânicas Hereditárias. Apenas aos donatários era dado o direito de manter um engenho, podendo eles, por seus critérios, estendê-lo a quem pudesse manter outros. Em torno desses engenhos começaram a formar-se as povoações e "os respectivos donatários, por mercê dos privilégios que lhes foram conferidos, deram às povoações, destinadas a sedes de governo, o foral de vila." (1) E somente nas localidades que tivessem essa categoria, "concedida por ato régio, podiam instalar-se as câmaras municipais, cuja estrutura foi transplantada de Portugal, a princípio, na conformidade das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas." (2)

As Câmaras Municipais abrigavam todos os funcionários públicos do local. Não havia outra forma de poder público que não fosse o emanado da Câmara, cujos componentes eram escolhidos por eleições, e abrangiam o procurador, o tesoureiro, o escrivão, o Juiz Ordinário e os Vereadores, entendidos como oficiais da

Câmara. Tais cargos, não obstante eletivos, eram reservados aos "homens bons", que poderiam se os "de valor", por possuírem fortuna, ou "de posição", por terem ocupado funções públicas e nelas agido com probidade.

Tudo que dissesse respeito à Vila era de ser tratado com os oficiais da Câmara. Eles criavam as leis e aplicavam a justiça, criavam o sistema administrativo e mantinham a administração. Tratavam, enfim, "no limite de suas atribuições, de todos os assuntos de ordem local, não importando que fossem de natureza administrativa, policial ou judiciária." (3) "Em algumas vilas os vereadores chegavam mesmo a regulamentar o comércio, a agricultura e a navegação, além de muitas outras medidas significativas Suas atribuições não estavam, porém, muito bem definidas, daí, comumente, exorbitarem de sua esfera de poder, chocando-se com a Metrópole." (4)

Esse poder de fato e de direito das Câmaras era resultado de pelo menos dois aspectos básicos: os senhores rurais detinham um poder real, inegável, capaz de fazer frente ao próprio poder central, o poder da Coroa. A Realeza, por sua vez, não tinha interesse em subjugar esse poder. Pelo contrário, transigia com ele e até o utilizava como forma de manter a unidade territorial, de maneira a vê-lo a serviço dos interesses do Reino. Havia uma barganha: os senhores de engenho não sofriam qualquer interferência em seus espaços e, em contrapartida, preservavam esses espaços em nome do Rei de Portugal.

Esse estado de coisas reflete "durante muito tempo o estado social da Colônia, com o poder privado desafiando o poder público e quase sempre tolerado e não raro estimulado pela Coroa" que "sancionava usurpações, praticadas através das câmaras pelos onipotentes senhores rurais. Legalizava-se, assim, uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens. Seria difícil conter essas manifestações do

poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental - que imprimia o seu selo no conjunto das demais instituições - era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo. O Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam as câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição. A massa da população - composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária - também nada podia contra esse poderio privado, ante o qual se detinha, por vezes, a própria soberania da Coroa." (5)

Assim, "no Brasil, desde o início, reduzido completamente ao estreito universo do senhor e do escravo, a sociedade reconheceu o poder pessoal como representante e não opositor ao poder do Estado O Estado personificava-se, assim, nos momentos em que se fazia necessária a tomada de decisões imediatas, nos homens de posse." (6)

Até pelos menos a metade do século XVII, o senhor de engenho o é também de todo este mundo. A Coroa não tinha como dominar os índios indispostos a ceder seu espaço e mal sustentava as lutas contra os invasores que também queriam fincar bandeiras nas terras brasileiras. Da mesma forma a administração portuguesa, além de ser bastante precária e numericamente insignificante, não tinha como atingir, até por impossibilidade de a eles chegar, aos poderosos mandatários privados locais. Assim, "viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade." (7)

Deixando-se de considerar estas causas, de ameaças externas e de isolamento, a Coroa não tinha, ainda, no Brasil, meios de dominar os proprietários rurais que detinham, de fato, forte poder bélico. Eles eram postos avançados da Metrópole e preservavam-lhe os interesses. Não lhe davam, porém, qualquer satisfação. Eram onipotentes em seu mundo e tinham consciência

disso, caracterizando uma situação de necessidade recíproca.

Esta noção de necessidade recíproca, aliás, era bastante explorada pelos senhores de engenho e, "por isso mesmo, a Metrópole, não somente se resignava, ante a prepotência dos colonos, como ainda lhes conferia prerrogativas especiais. Protegia, por exemplo, os grandes fazendeiros contra a concorrência dos pequenos produtores de aguardente, mandando destruir as engenhocas; tornava as câmaras privativas dos proprietários de terras, vedando a eleição de mercadores; resguardava o patrimônio dos senhores de engenho, proibindo que fossem executados por dívidas etc. Por tudo isso o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, verdadeiro centro de poder da Colônia: poder econômico, social e político." (8)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 60.
2. Ibid., p. 60.
3. Ibid., p. 61.
4. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo; uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 15.
5. LEAL, Victor Nunes. op. cit., p. 65-6.
6. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. op. cit., p. 14, 16.
7. LEAL, Victor Nunes. op. cit., p. 67.
8. Ibid., p. 68.

C A P Í T U L O I I

A PRIMEIRA REAÇÃO DA COROA

A partir de meados do século XVII, em processo que se estende até o início do século XVIII, o poder central começou a articular maneiras de se afirmar. Dava início, através de gestões da Coroa, considerando as circunstâncias que lhe eram favoráveis, à afirmação de sua autoridade.

Por esta época, a Espanha, com quem as forças portuguesas estavam sempre em contenda, passou a ter o seu poderio abalado, permitindo que os luzitanos viessem a dispor de mais homens e armas para cuidar de suas colônias.

Os holandeses, também na segunda metade do século XVII foram expulsos da parte do território brasileiro que ocupavam, o que ocasionou enorme disponibilidade de forças militares portuguesas, já no Brasil, a serviço dos interesses da Coroa.

Coincidiram com esta situação de maior poder militar da Coroa as descobertas das minas de metais preciosos, o que fez com que o poder central, com o fito de também ter um absoluto domínio sobre os minérios, passasse a enviar seus representantes e suas forças para os centros mineradores.

As cidades começavam a crescer, o comércio tomava forma organizada e com isso a presença da burocracia portuguesa não tardava. A fiscalização de atividades e a cobrança de impostos já passavam a ser instrumentos usados pelos colonizadores, manipula-

dos pelos funcionários do poder central. Junto com isso, garantindo a ordem da Coroa, estava a força pública, o estamento militar organizado.

A legislação foi alterada. Se até então apenas o senhor de terras podia ocupar cargos eletivos, agora também os comerciantes o podiam, o que punha uma nova categoria a disputar o domínio dos povoados, abalando a hegemonia dos senhores de engenho. Como ocorria que o desenvolvimento da atividade comercial era grande, os comerciantes passaram a ter meios efetivos, a possuir suporte financeiro, a poder atender favores, a obter prestígio, a influenciar votos. É evidente, surgia uma disputa que fortaleceria a Coroa.

Nascia, sem dúvida, como consequência de todos esses acontecimentos, uma nova situação. "Enquanto os interesses da nobreza rural deixavam ampla margem aos da Metrópole e esta não se achava em condições de exigir mais, o poder privado dos colonos encontrou aprovação e estímulo de parte da Coroa; mas esta passou a censurar, conter e punir os súditos independentes, quando os interesses de uma e outros entraram a colidir mais violentamente e o Rei já estava em situação de não suportar insolências. Essa alteração, é evidente, não se operou de modo brusco, nem retilíneo: processou-se paulatinamente, com avanços e recuos, mas conduzindo de maneira irresistível ao fortalecimento do poder real." (1)

E para refrear, envolver ou por fim ao mandonismo privado, a Coroa não necessitava de grandes reformas no aparato jurídico. Bastou retirar as concessões feitas às Câmaras dominadas pelos senhores rurais, até porque as regalias existentes eram obtidas ou concedidas à margem da legislação central, as Ordenações, quando não se chocavam flagrantemente com ela.

"Portanto, anuladas ou reduzidas as concessões da legislação extravagante, o que tinha a Coroa de fazer, para impor efetivamente sua autoridade, era prestigiar e melhor aparelhar seus agentes na Colônia, especialmente juizes de fora, ouvidores,

governadores. Sem dúvida, não se limitou a isso, e chegou a nomear ela própria autoridades locais de investidura eletiva." (2)

O século XVIII foi de espraiamento do poder central. A Coroa procurava penetrar em todos os espaços e resgatar poder. Evidentemente não interessava o choque, a disputa física. Mas, de qualquer forma, a política adotada, e que vinha sendo praticada sempre e com maior intensidade, era mesmo a de afirmação do poder central. Em 1763 a Colônia foi elevada a Vice Reino e isso significava ter organização a nível de uma administração constituída, justiça sendo efetivamente aplicada, a fazenda pública buscando suporte financeiro para a Coroa através do fisco e força militar estabelecida.

É evidente, tal aparato ainda não havia alcançado, pelo menos a ponto de abalar o sistema vigente, a forma de dominação do senhorio privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 70.
2. Ibid., p. 71.

CAPÍTULO III

A SEGUNDA REAÇÃO DA COROA

Iniciado o século XIX, foi dado um passo decisivo no sentido de se definir a política de sujeição do senhorio privado e resgate do poder da Coroa. Acossado pelas tropas napoleônicas, em 1808 chegou ao Brasil o Príncipe Regente de Portugal, D. João, acompanhado de sua mãe, a Rainha D. Maria, de toda a nobreza e dos altos funcionários. A primeira providência foi elevar o País a Reino Unido. A Corte instalou-se no Brasil e as quinze mil pessoas que acompanhavam a família real deram à administração pública o perfil que tinha a de Portugal.

Surgiu, a partir de então, o progresso. O Brasil sofreu transformações profundas com a abertura dos portos ao comércio internacional, com o estabelecimento de tratados comerciais. Criou-se a imprensa, imigraram sábios, artífices, comerciantes de grande porte. Os primeiros cursos superiores foram criados. Estradas foram rasgadas, a colonização do interior foi fomentada com a vinda de imigrantes e até empresas siderúrgicas foram iniciadas.

O desenvolvimento do Brasil era crescente e, em contrapartida, Portugal sofria as conseqüências do declínio em todas as áreas. Mas, se problemas políticos surgiram entre Portugal e o Brasil, o que se percebia que por aqui estava a ocorrer era a definitiva inter-penetração do poder central. Os mecanismos que o poder do Rei manobrou para se alastrar, foram a burocracia, o sistema judiciário, o fisco, a organização dos órgãos públicos,

a força militar móvel e treinada.

O senhor de engenho entendeu que uma nova força estava a ameaçá-lo. Até então, toda a sua guerra, a disputa constante pelo poder, era com o outro senhor de engenho, rival identificável, combatível, derrotável.

Já no fim do período colonial disputavam também o poder e a hegemonia da política do município o criador de gado, categoria em franco desenvolvimento, e o grande comerciante, financiador de culturas agrícolas. Tudo, porém, continuaria a ser uma disputa local, uma questão de força e prestígio pessoais, se não fosse a presença do poder central. Era o Governo que entrava na contenda, e com outro tipo de autoridade, resultante de outro tipo de força.

Isso, evidentemente não agradava a ninguém. Fosse senhor de engenho, criador de gado ou grande comerciante, todos entenderam, ou pelo menos sentiram, que algo teria de ser feito, transformado, ou estaria próximo o fim da autoridade pessoal, do controle privado da coisa pública. Não se discutia a riqueza, a propriedade. Discutia-se o poder. Era uma questão de classe dominante.

Ora, daí houve uma reação. Se de direito o poder central passava a interferir, de fato o domínio de todo o interior do Brasil já estava definido. "A produção açucareira já havia consagrado o mando do senhor de engenho; a criação de gado, no sertão, cristalizara a autoridade do criador; o financiamento das safras e as operações de exportação aumentavam a riqueza do comerciante e a dependência do senhor de terras em relação aos capitalistas. Os grandes proprietários, aliados aos grandes comerciantes, vinham formando, neste processo, a futura classe dominante do Brasil independente. Os fundamentos econômico-sociais do mando pessoal estavam, portanto, bem definidos e exercia-se ele sobre uma população escrava ou livre, completamente sujeita, entretanto, às decisões de potentados locais e à

predominância do agrarismo." (1)

Em (1820) eclodiu em Portugal um movimento revolucionário de caráter liberal. Convocaram-se as Cortes Gerais Extraordinárias Constituintes da Nação Portuguesa, comparecendo inclusive Deputados brasileiros. D. João VI, dado as circunstâncias, em (1821), volta a Portugal, ficando Pedro, herdeiro da Coroa, Príncipe Regente do Reino do Brasil.

A nova Constituição não respeitou o Brasil em seu status de Reino. Não obstante os protestos dos Deputados brasileiros, foi retirada a autonomia administrativa do Reino Unido. As conquistas políticas foram cassadas, perdeu-se o governo próprio, os tribunais superiores foram transferidos para Portugal.

A indignação política dos verdadeiros donos do poder no Brasil, somou-se o temor e a revolta pela catástrofe econômica que fatalmente adviria. O desenvolvimento assumira forma e o Brasil tinha vida própria. Tinha comércio com todo o mundo em escala bastante avantajada. O sistema industrial estava estabelecido e o crescimento interno já alcançava o interior. Portugal, por sua vez, estava à beira do caos econômico e pressionava não apenas para o boicote à indústria, bem como para o impedimento da atividade comercial brasileira.

Iniciou-se a reação, a princípio desarticulada, mas de qualquer forma emergente em todo o país. O solapamento das ordens reais, o abatimento físico dos agentes burocráticos da Coroa, o enfrentamento das forças públicas por forças privadas, acontecendo por todo o interior do Brasil, as pressões à própria Coroa, exercidas por parte da nobreza e altos funcionários simpáticos ou interessados em ver o Brasil livre de Portugal, as manifestações populares nos centros maiores, cada vez mais constantes, agressivas e bem organizadas, tudo isso estava a desgastar e enfraquecer o domínio de Portugal. Só poderia haver um resultado, a Independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo; uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 18-9.

C A P Í T U L O I V

A INDEPENDÊNCIA

É necessário para que se entenda o movimento da Independência, situar-se as condições políticas, econômicas e sociais da época.

Havia comércio próprio, rentável não apenas para os brasileiros, mas para várias empresas internacionais o que fazia com que uns e outros tivessem interesses e trabalhassem para a nossa independência.

O Brasil já estava povoado por aproximadamente quatro milhões e quinhentos mil habitantes (1), o que lhe garantia contingente para resistir a pressões militares ou invasões do seu território.

A influência da independência americana atingia aos intelectuais e os políticos viam nessa influência um bom prato para suas manifestações, incentivando-se as massas à agitação.

Os coronéis já não se continham e suas reações eram efetivas. Não se discutia mais o poder, os senhores de engenho o reassumiram e o exerciam de qualquer forma, apenas que o faziam em suas regiões, desarticulados, o que acabaria dividindo o País.

Surgiram as articulações. As preocupações não foram somente com a independência, mas também com a unidade territorial e concluiu-se por uma única solução: independência, mas com o Príncipe Herdeiro no comando, para que as disputas pelo domínio

das instituições não dividissem o Brasil, nem Portugal reagisse com tanta violência, buscando - se em família uma composição que resultasse satisfatória para os dois Países.

Assim, em 1822 Pedro I declarou a Independência e assumiu a chefia do Estado brasileiro sem ter, entretanto, o domínio da situação política. A 3 de maio de 1823 instalou-se a Assembléia Constituinte e ferrenhas discussões entre os grupos de Deputados representando as mais diversas correntes tomavam conta do tempo, postergando-se o surgimento de uma necessária constituição para o País que forjava seus contornos.

O Imperador jogou então com extrema habilidade política. Articulou-se com as forças militares que já temiam pela unidade territorial e não estavam satisfeitas com a verbosidade agressiva dos Deputados e dissolveu a Constituinte. A missão de elaborar uma nova constituição foi delegada a um Conselho de Estado nomeado que de plano preparou um projeto. Em um segundo momento de sua manobra política, Pedro I enviou o novo projeto a todas as Câmaras Municipais, palco de domínio dos coronéis, para discussões e sugestões. Óbvio, as discussões deram em nada e as sugestões não alteraram coisa alguma, mas o poder privado sentiu-se prestigiado e reconhecido e emprestou seu apoio ao Imperador. Deu-se a cooptação dos coronéis. Entrou em vigor, a 25 de março de 1824, a Constituição.

A nível internacional, a maior conquista foi o reconhecimento da Independência, por parte de Portugal através de tratado assinado já no ano seguinte à promulgação da Constituição, em 29 de agosto de 1825.

A partir do desatrelamento da Metrópole até 1828, tudo foi manifestação de interesses, acertos políticos, eleições e instalação do Parlamento, discussões sobre a distribuição do poder, agitação popular. Enfim, foi a euforia da Independência. Mas não durou muito.

De fato, "restabelecida a ordem, que significava

principalmente centralização política, e abafadas as pretensões das categorias inferiores da população, a paz interna vai assentar-se na solidez da nossa estrutura agrária, fundada na escravidão, e as contendas políticas passarão a travar-se no plano nacional e no seio da poderosa classe dos senhores rurais. O eixo político deslocar-se-á mais ou menos segundo o itinerário da riqueza agrícola, que repousava principalmente nas culturas de açúcar, algodão e café, e na escravaria que as tornava produtivas." (2)

O Imperador necessitava evitar, de qualquer forma, que a classe rural voltasse a ter os mesmos privilégios dos tempos de Colônia. Não hesitara em reconhecer-lhe todo o poder para assentar-se com tranquilidade no trono. Agora, porém, necessitaria resgatar a autoridade dividida ou o controle da situação permaneceria em mãos que não as reais.

As dificuldades principiaram a surgir quando das nomeações dos Presidentes das Províncias. Elas vinham sendo governadas, desde antes da Independência, por juntas aclamadas pelo povo. Esta aclamação, todavia, era mera expressão da vontade dos coronéis, que queriam continuar elegendo seus representantes e não ver os representantes do Imperador sendo nomeados. Os Presidentes das Províncias, prepostos do Imperador, influenciavam nas eleições de forma a eleger Deputados da confiança da Corte e não dos senhores de terras.

O poder central buscou afirmar-se legislando para seus interesses. A Lei que tratou de ordenar juridicamente a situação do Município, "de 1º de outubro de 1828, dissipou qualquer ilusão que ainda subsistisse quanto ao futuro alargamento das atribuições das câmaras." (3) As atribuições municipais foram diminuídas violentamente. O poder reservado à esfera municipal resultou bastante apequenado. E "a figura dominante no cenário provincial continuaria a ser o presidente, delegado do Imperador, cuja função política mais importante era garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo." (4)

Ganharam maior visibilidade as reações do poder privado e a autoridade do Imperador começou a ser abalada. Os coronéis desafiaram e enfrentaram as Leis do Império, criando as suas ou agindo mesmo sem elas, as massas populares passaram a ser manobradas e incentivadas, provocando agitações. Os políticos cobravam decisões. A própria nobreza sentiu-se agredida e reagiu ao desrespeito que o Imperador, constantemente envolvido em escândalos, dispensava aos costumes e moral da época. Os militares, vendo ao seu redor o que lhes parecia o caos, manifestaram-se. D. Pedro I conhecia essa situação, nada fazendo para resolvê-la. Deixava a história à própria sorte. Além disso, havia interesses políticos em Portugal que o atraíam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL; história. In: ENCICLOPÉDIA barsa. Rio de Janeiro. Encyclopaedia Britannica, 1968. v. 3, p. 294.
2. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 73.
3. Ibid., p. 74.
4. Ibid., p. 78.

C A P Í T U L O V

A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL

Em 07 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho, também Pedro, que contava então com pouco mais de 5 anos de idade. Criou-se uma Regência Trina provisória e, logo após, outra Regência Trina permanente, escolhida pela Assembléia, obedecendo a preceitos constitucionais.

Remaneceram, de qualquer forma, manifestações de toda ordem. O Ministro da Justiça de então, Padre Diogo Antônio Feijó, buscava sustentação para o governo. Outra vez o poder central, cedendo aos fatos, socorreu-se do poder dos coronéis. Foi criada a Guarda Nacional e organizou-se o Corpo de Guardas Municipais. O comando de tais corporações foi entregue aos senhores do poder privado de cada região. Eram os chefes políticos sendo militarizados. Calaram-se militares, o povo foi acalmado, as agitações desapareceram, a situação voltou ao normal. A política era novamente coisa de políticos. Na verdade, legalizou-se uma situação de fato.

Mas, se a política voltava a ser coisa de políticos, com o poder de fato as coisas não se davam da mesma forma. O poder estava com os coronéis. Outra vez o poder central necessitava resgatar sua autoridade. Ocorre que os coronéis manifestavam-se em cada região, reagiam a qualquer influência do poder central,

mas sempre com um único motivo: a manutenção do poder. O libelo da Coroa, entretanto, era de outra natureza. Passou a imputar aos coronéis a pecha de divisionistas, a responsabilidade de querer dividir o país.

Os Parlamentares que de nenhuma forma representavam os donos do poder privado, e que já se dividiam, se bem que difusamente, entre liberais e conservadores, acabaram acertando-se sob a bandeira da preservação da unidade nacional. Em 1834, por meio de um Ato Adicional, alteraram profundamente a Constituição de 1824. Centralizou-se enormemente o poder, trazendo-se para o Poder Central todo o mando. Em caso de delegação de poder, esta iria só até as Assembléias que substituíam os Conselhos Provinciais, nunca até as Câmaras Municipais. Certas atividades mesmo, de interesse eminentemente local, foram transferidas à alçada das Províncias. Essa situação demonstrava que, se não havia mais agentes externos a ter interesse em um controle centralizado do País, dentro do Brasil mesmo este interesse passava a existir. Evidentemente os motivos eram outros mas, quaisquer que fossem eles, a sua realização não agradava aos proprietários rurais.

Após o Ato Adicional de 1834 as correntes políticas assumiram contorno e se dividiram claramente entre liberais e conservadores. Diferenciava-os o fato de que estes queriam centralizar sempre e mais o poder, e aqueles queriam descentralizá-lo, porém até as Províncias, nunca aos Municípios.

Foi fundamental a organização das correntes em partidos políticos, o que se deu em 1837, mesmo que muito pouco ou quase nada os diferenciasse, porque passaram então a brigar pelo domínio do sistema existente, sem qualquer preocupação em rompê-lo ou destruí-lo. Não havia, portanto, qualquer intenção de modificação do cenário social. Pretendia-se a mera substituição de atores. Se havia motivos para preocupação com a unidade nacional, a partir da organização dos partidos políticos ela estaria a salvo, não

obstante os conservadores, em nome dela, ainda pregassem pela centralização do poder. Os próprios coronéis, que eram acusados, sempre que necessário, pelo poder central, de querer dividir o país, começaram a canalizar seus interesses por meio das organizações partidárias.

Dado que a época, 1835, ainda era de regência e o Ato Adicional de 1834 determinava que o Regente seria único e eleito por voto popular, os coronéis, que o domínio do voto não haviam perdido, elegeram Diogo Antônio Feijó, com quem tinham compromisso desde os tempos da criação da Guarda Nacional.

Os conservadores, todavia, obtiveram maioria no Parlamento e os liberais não tinham profundos compromissos com o Regente. Feijó ficou entre vários fogos, sofrendo o boicote da maioria parlamentar, distúrbios populares incitados, ataques de pronunciamentos militares e, não obstante ser padre, problemas com a própria Igreja. Restava-lhe buscar apoio nos Municípios, nos coronéis, mas estes não responderam ao apelo, dado que os motivos das angústias de Feijó não lhes interessavam e os problemas locais e pessoais careciam de sua dedicação. O Regente acabou renunciando em 1837.

Os liberais, em bem articulada manobra, promoveram uma articulação que obteve sucesso, chamada Movimento da Maioridade. Em 23 de julho de 1840, D. Pedro II foi considerado maior e assumiu, em 1841, o poder, devendo permanecer acima dos interesses partidários. Desde então, e até 1889, alternaram-se liberais e conservadores, sem que se pudessem registrar diferenças fundamentais na forma de uns ou de outros governarem.

A classe rural já era, a essa época, reconhecidamente, a que determinava o encaminhamento das questões nacionais. Ela controlava a única riqueza do País, que era a agrícola. E havia para os senhores de terras um aspecto intocável no sistema vigente: a escravatura. A existência do braço escravo era suporte de todo um modelo econômico estabelecido: agrário, dependente,

monocultor e latifundiário. A estrutura econômica e social do Brasil atravessou intacta o Império e, se alguma alteração houve, foi no aprofundamento de suas características.

O Imperador, por sua vez, era marcadamente liberal e garantia as liberdades individuais e a livre manifestação de pensamento. A propaganda republicana, os panfletos contra a Igreja, a campanha abolicionista, eram feitos livremente. De certa forma, mesmo parecendo paradoxal, pode-se dizer que tais movimentos contavam com a simpatia de D. Pedro II, fortemente influenciado pelos ideais liberal-constitucionalistas norte-americanos. O próprio partido republicano, que por vocação atentava contra o regime constituído, funcionava desde 1870.

Pode-se notar uma contradição na postura do Monarca: D. Pedro II era um liberal e mantinha o governo profundamente centralizado. É necessário atentar-se, porém, para um aspecto bastante esclarecedor da época. A preocupação básica do governo, sobretudo na área militar, era a manutenção do território. Acontece que a pregação abolicionista ocupava espaços, havendo mesmo certas regiões em que se começava a libertar os escravos. "E como não seria possível a coexistência, no mesmo país, desses dois regimes de trabalho antagônicos, os escravocratas, que dominavam o cenário político nacional, não podiam deixar de recorrer à centralização para resguardar, em todo o Império, a continuação da escravatura." (1) Pode-se mesmo dizer que as conquistas que os abolicionistas iam conseguindo eram uma soma da vontade liberal de Pedro II e dos interesses dos escravocratas, que entregavam as partes para não perder o todo. A Abolição, em 1888, foi talvez a única forma encontrada para não se ver o país dividido em dois regimes de trabalho, o que poderia levar a consequências tão graves quanto a que sofreu a progressista nação norte-americana.

A esta situação, em si contraditória e que abalava a estrutura do regime vigente, somavam-se outros aspectos que determinaram a queda do Império: a contradição dos partidos

políticos, a influência dos Estados Unidos, os desentendimentos com a Igreja, o adoecimento do Imperador, o desentendimento com os militares e, o mais fundamental, a abolição da escravatura.

Os partidos políticos eram, em verdade, bandeiras de conveniência e não reflexos de posturas ideológicas. Além disso, os liberais preocupavam-se apenas com a pregação republicana, sendo inclusive escravocratas. Um de seus líderes, Francisco Glicério, chegava a afirmar: "Nosso objetivo é fundar a República, fato político, não libertar os escravos, fato social." Por sua vez, os conservadores articulavam e davam maioria às votações que, desde a Lei do Ventre-Livre até a da Abolição, iam libertando os escravos.

Os Estados Unidos da América do Norte, com seu progresso crescente e sua forma republicana de governo faziam moda entre os intelectuais da época, e não deixaram de influenciar também as corporações militares.

Em um desentendimento entre a Igreja e a Maçonaria, o Governo tomou o partido da última e teve de voltar atrás, sofrendo profundo desgaste. Além disso, o temperamento liberal do Imperador mantinha a Igreja sem poder praticar os abusos de hábito, sendo que os padres recebiam cotas mensais para a sobrevivência e o seu patrimônio transferia-se para as mãos de leigos, irmandades e ordens religiosas que passavam a criar problemas para o clero. Lógico, as reações surgiram de todas as formas possíveis e começaram a crescer a partir de 1872.

O Imperador não tinha muito apetite pelo poder, e dizia mesmo que governaria enquanto o povo o aceitasse. Em 1887 adoeceu e, não obstante toda a crise que abalava os alicerces de seu governo, viajou para a Europa, passando lá mais de um ano.

Desde 1866, Caxias, herói de guerra e altamente influente no meio militar, já tinha profundos desentendimentos com membros do Governo. O clima de tensão vinha crescendo e os pronunciamentos militares eram frequentes e sempre mais agressivos. Por fim, um grande

líder militar, Marechal Deodoro, solidarizou-se com outros oficiais sensibilizados por ideais republicanos e desejosos de poder, caracterizando uma situação de dramática ameaça à estrutura monárquica.

A escravatura que vinha sendo solapada aos poucos, é agredida com violência em 1850, com a extinção do tráfico. As Leis do Ventre-Livre e a dos Sexagenários provocaram rupturas de tal ordem, que fizeram com que a poderosa classe dos senhores rurais se articulasse e iniciasse a sistemática desestabilização do poder constituído. Desde então, os coronéis passaram a buscar, diretamente, o domínio do aparelho administrativo do Estado. A Abolição, em 13 de maio de 1888, deflagrou a crise. Além de as estruturas do modelo econômico sofrerem fatal abalo, os escravos foram declarados libertos sem qualquer indenização, por parte do Governo, aos seus até então proprietários. Isso era um verdadeiro confisco de propriedade privada, e os senhores rurais, donos do Brasil, reagiram desta vez de forma definitiva: Buscavam o poder.

Aos senhores de engenho que queriam novamente a escravidão, ou, pelo menos, a vingança política, somaram-se os liberais, que eram pela República mas não eram abolicionistas, os militares, que já tomavam gosto pela política e mesmo os conservadores, que sentiam as reações e queriam manter-se de bem com quem ficasse com o poder. Mancomunaram-se, destarte, escravocratas inconformados, liberais, militares e conservadores. De tal caldo de cultura nasceu a República. Ao fim da escravidão sucedeu a queda do Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo do Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 79.

C A P Í T U L O V I

A REPÚBLICA E A TRANSIÇÃO MILITAR

Assim, sem qualquer esboço de reação em parte alguma do País, por uma bem articulada composição das classes dominantes, o Império virou República. Pode-se dizer que apenas por ouvir falar o povo ficou sabendo que o regime havia mudado e, provavelmente, não percebeu a existência de qualquer diferença.

Passados os momentos de adaptação sob administração militar, teve início uma forma de governo, baseada no entendimento e acertos dos homens no poder com os interesses e necessidades do mandonismo local, o que caracterizou a história da Primeira República, ou República Velha. A República Velha foi a fase áurea do coronelismo. Os homens que fizeram o interior, que escreveram a sua história ao modo que mais lhes agradava, eram por fim titulares do poder central. Uma forma de contato, de intermediação de poder, de negociação de interesses foi estabelecida e passou a funcionar com tal eficácia, que sobre ela estabeleceu-se uma maneira de governar. A República Velha foi a república dos coronéis. Era um negócio de chefes. Nela valia o poder agrário. O senhorio dos interiores do Brasil era a classe que legitimava, que dava suporte, que garantia a tranquilidade com que governaram os próximos Presidentes da República.

Assim viria a se realizar a nascida República, seja no

sentido do desenvolvimento material, seja pela estabilidade política que aparentava. Tudo era um encadeamento de interesses que passava do eleitor, dirigido com todos os poderes pelo coronel, até o poder central. Era uma estrada de dois sentidos em que os interesses subiam e voltavam às bases, passando sempre pelas mesmas mãos.

Mas se os coronéis já haviam lutado para derrubar o Império porque queriam ser eles os novos distribuidores das cartas políticas, dos cargos públicos, das vantagens, dos postos honrados e dos favores, obtido o êxito, descobriram que a forma de exercer o mando não seria mais a mesma.

Enquanto o cargo de Chefe do País fora vitalício, tudo dependia de conseguir as graças da burocracia estabelecida. Agora, para espanto de todos, a Presidência da República era coisa sem dono, era de quem a pegasse.

Passado o momento inicial de administração militar, haveria eleições. Poder seria o voto, e poderoso seria quem o controlasse. As coisas da política e da economia necessitariam de novas fórmulas para serem geridas. O seu manuseio exigiria, de imediato, um novo pacto de poder, com definição e distribuição de papéis a serem desempenhados.

Não obstante a falta de articulação a nível nacional dos coronéis, cujos partidos políticos jamais deixaram de ser expressões meramente regionais, os seus representantes no centro de poder entendiam-se no que era fundamental. Lutavam entre si pelas posições, pelos cargos, pelos espaços. Todavia, conquistado o poder, era do interesse e necessidade do grupo dominante articular o acerto, a transação, a composição na gerência da coisa pública, voltada unicamente para atender aos interesses particulares. Em verdade, de tal forma era hegemônica a classe que governava, que o poder não era entendido como sendo mandato da Nação para que pudesse ser administrada. O poder era um negócio, tratado em caráter eminentemente privado, dele participando e

sobre ele se manifestando quem tinha ~~poder e prestígio~~ pessoais, particular, conquistado por si e não por delegação de ninguém. Havia uma apropriação absoluta da máquina estatal. Os interesses nacionais foram confundidos, tornados os mesmos da classe dominante. Para os coronéis, administrar o País era cuidar dos interesses superiores de suas propriedades. A gerência deste gigantesco condomínio rural teria de observar dois pressupostos básicos: pelo lado político, o país seria federalista e, além disso, a opção de desenvolvimento econômico teria que ficar assentada no agrarismo.

A decisão de fazer-se do país um enorme campo de atividades agrárias, onde o agrarismo fosse o centro da economia e as demais atividades meramente marginais, foi definida já na transitoriedade militar do início da República Velha.

Os coronéis queriam estabelecer um "país essencialmente agrícola, sólido, estável, da fazenda solvável, articulada ao comércio exterior." (1) As fazendas produziriam e os fazendeiros poriam o produto no mercado internacional. O governo deveria ser estruturado com essa finalidade. Afinal, o governo era dos coronéis que o conquistaram não só por uma insatisfação com o regime, mas também porque tinham interesses diretos, negócios próprios a serem geridos.

A atuação do governo militar, que tinha finalidade e se definia transitório, no entanto, foi outra. Rui Barbosa, Ministro das Finanças, conduziu o centro do poder a apostar no progresso, na modernização. O governo de Deodoro não ficou com os coronéis. Pelo contrário, dirigiu toda a sua atividade para a indústria.

A ordem era imprimir, conseguir moeda e financiar as empresas. Floresceu a euforia nacional. Tudo era desenvolvimento e nada deveria impedir a transformação do País. Junto, porém, nascia a especulação, o aventureirismo, a inflação, as dívidas, a falência das empresas e a falência de um projeto nacional.

"Os negócios se identificam, aos olhos dos decepcionados

acionistas, às negociatas, ao puro assalto às economias populares, sob os auspícios do Governo mancomunado aos especuladores." (2) O Governo, acuado, tenta recuperar a credibilidade e "propõe-se a salvar o esquema dominante, restaurando a euforia perdida." (3) A proposta era reorganizar os bancos e emitir em grande quantidade para injetar dinheiro nas indústrias. A tentativa deu em nada, porém.

De novo, entram os coronéis. A medida deveria passar pelo Congresso, um Congresso comprometido, com vínculos com o interior. Os Parlamentares sabiam que os votos estavam no sertão e que os homens que lá mandavam não queriam inflação, não queriam bagunça, sobretudo não queriam indústria.

Indústria para os coronéis não era só aventura e riqueza fácil, sem trabalho. Era a criação de uma nova classe que lhes disputaria o poder, que abalaria os costumes e a ordem de coisas estabelecida. Foi tal a desordem provocada pela idéia de industrialização, que a desorganização financeira do País levou o custo de vida a um aumento de 50 por cento, "provocando reivindicações por reajustamentos salariais, com as 'greves', espetáculo novo na vida social...". (4) Era o caos. O Governo deveria ser deposto.

O Governo reagiu. Deu o golpe de Estado de 03 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso. Houve a contra-reação. Caiu o Marechal Deodoro, lançando manifesto de apoio à política emissionista, contra os pregoeiros de "perigos imaginários". Assumiu Floriano Peixoto.

Floriano, apenas por compromisso corporativo com o regime republicano, e não com as indústrias, imprimiu meramente o necessário (seis vezes menos do que pretendia Deodoro), ainda sob protestos, para evitar a falência geral. O Banco da República, o que mais emitiu e que foi a base da dependência das empresas às casas de crédito, fenômeno conhecido por "encilhamento", foi fundido com o

Banco do Brasil. O Governo passou a controlar as emissões com rigor. A partir daí, os próprios coronéis passariam a cuidar da Presidência da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 519.
2. Ibid., p. 516.
3. Ibid., p. 516.
4. Ibid., p. 517.

CAPÍTULO VII

A AFIRMAÇÃO DOS CORONÉIS

Se até então, não obstante o poder dos mandões do sertão, as decisões de caráter nacional estavam concentradas na máquina de governar estabelecida nas capitais com vínculo direto à Casa Real, daí em diante os coronéis exigiam outro pacto. Seu status, seu poder de fato passou a informar as decisões da capital da recém fundada República. "Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular - reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome -, equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias." (1)

Esse federalismo, entretanto, teve de ser adaptado às circunstâncias de nossa realidade. Não se implantou no País uma federação produto da ideologia liberal, novidade da época. As teorias liberais serviram, isso sim, para informar novas negociações, novos acertos, outros balanceamentos de poder.

Derrubado Deodoro, assumiu seu substituto, e "Floriano tinha ao seu lado um Estado armado, condição de sua própria sobrevivência,...".(2) Cada Estado, porém, tinha seus próprios contingentes. Havia as milícias locais, as organizações armadas para defender os partidos, as forças das fazendas, as guardas civis e outros instrumentos repressivos de que lançavam mão os

coronéis. "Com esses mecanismos militares estaduais, não poderia prosperar a ascendência do Exército" e "Floriano Peixoto, vencedor na guerra, popular nas ruas, consagrado pela história como o consolidador da República, torna-se o prisioneiro das armadilhas estaduais, com menor poder real do que Deodoro." (3)

Por outro lado, os coronéis não tinham articulação que se estendesse por todo o País. Não havia nenhum instrumento ao seu dispor que tivesse tal abrangência. Os próprios partidos políticos, feitos tão ao gosto dos fazendeiros, não eram nacionais. Expressavam, no máximo, as organizações de mandonismo de cada Estado. Eram organizações feitas ao acaso, conforme as necessidades de cada momento político.

Surgiu, então, um pacto, uma forma nova de administrar o País. Campos Sales, que pregava a política dos Estados passada à história como a política dos governadores, foi o ideólogo e o implantador dessa nova ordem. Ela surgiu da análise, da consideração exata do estado de coisas existente. Seria necessário apenas cavar o leito, criar a estrutura formal, que o rio viria manso, a situação de fato se amoldaria à estrutura jurídica criada de cima.

Era avantajada a maioria dos eleitores do interior, dos sertões. Esse apreciável contingente eleitoral, além de absolutamente dependente, não dispunha de recursos para as despesas eleitorais. "A consequência necessária desse triste panorama é a manipulação dos votos pelos chefes locais. Estes, dirigindo municípios diminuídos nos seus poderes e que só têm contado com minguada receita pública, não encontram saída satisfatória para seus interesses pessoais ou para o bem de suas localidades senão pelo conformismo político com a situação dominante no Estado. O resultado final do domínio dos votos pelos governadores, que decidem da composição das câmaras federais e da eleição do Presidente da República, é o compromisso que se estabelece entre o governo federal e os estaduais, com o fortalecimento de todo o sistema, que vai assentar, em última

análise, na estrutura agrária do país.

A isto se tem chamado entre nós a 'política dos governadores', cujo elo primário é a 'política dos coronéis.'" (4)

Campos Sales, ao pregar a política dos Estados, tinha sólidos argumentos. As eleições eram produto de atas falsas, sem qualquer decisão popular. Não eram por idéias que se lutava, tudo se resumia a candidatos buscando o poder. Nenhum lado era hostil ao governo, queriam era ter preponderância nele. Haveria uma ditadura do centro, abandonar-se-ia o País ao destino que a barbárie dos chefes locais implantaria, ou se deixaria com os governadores o poder de determinar quem melhor poderia representar os interesses da federação ordeira que não se esqueceria a que veio, que não fugiria à função de atender aos compromissos.

E, do bico de pena à degola, todo um arcabouço jurídico foi montado para ser acionado em cada eleição. A pedra angular desse sistema é o reconhecimento das eleições, os louros ao vencedor. "Sobre esta pedra, a partir de 1900, erguer-se-á a ordem republicana, para um império de trinta anos." (5) As fraudes nas apurações tinham início nos municípios, mas a instância mais alta era a Comissão de Verificação de Poderes, que podia manipular tudo o que até então fora apurado. Seus membros eram nomeados pelo presidente interino da nova Câmara que, por uma alteração casuística no regimento, seria o presidente da Câmara anterior. "O mecanismo, todavia, poderia ser apropriado pelo Congresso, para se impor ao presidente da República, subjugando-o nos momentos de dificuldade. Haveria o risco teórico de, municipal a mesa eleitoral, constituir-se um vínculo direto entre as localidades e os deputados, com o alheamento do governador. Os dois inconvenientes se anulam diante do comando do governador na política estadual, em sincronia ou com a obediência das bases (o coronelismo) Para a rebeldia dos governadores, a União dispõe do trunfo máximo da intervenção federal A intervenção não se fará, entretanto, nos Estados capazes de reagir em pé de

igualdade, com suas milícias - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul." (6)

Divulgada, feita a pregação da idéia, o passo seguinte foi articular forças políticas. Os propósitos de Campos Sales só funcionariam se suportados pela adesão dos Governadores dos grandes Estados. Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul seriam os alvos primeiros a serem buscados. O Rio Grande do Sul foi rebelde, a Bahia procurou deixar para decidir depois. Os que tinham maior peso, todavia, a se contar votos, dinheiro, armas e liderança, Minas Gerais e São Paulo, acertaram realizar a implantação da nova ordem. Os que eram situação nos pequenos Estados viram na fórmula que se aplicaria daí em diante uma maneira de negociar sua permanência. "Os opositoristas estaduais e federais não passavam do vestíbulo, expulsos e infamados na tentativa torpe de profanar o templo. O Congresso não seria mais a arena das estéreis lutas de campanário, indignas do palco da capital republicana.

As eleições de 1900 provaram a eficiência do sistema, com o sacrifício de todos os adversários dos governos estaduais.." Desde então "cada estado terá seu dono, pessoal ou de família, de um chefe ou de um grupo fechado...". (7)

Nasceu, dessa forma, e se implantou vitoriosa a articulação que desembocou na política que repartiu o Brasil entre os interesses mineiros e paulistas. "O sistema, previsto para entregar o poder político aos Estados, poderia levar a alianças inter-estaduais, com a anulação do presidente da República, convertido em agente, representante de tais blocos. Na verdade, subjacente ao império presidencial, vibra essa realidade, articulada pelos dois grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, com os desafios de outras contestações, discretamente coordenadas pela terceira força, logo assumida pelo Rio Grande do Sul. O aparelho fiscal e financeiro, concentrado na União, permitia sufocar essa reação, dada a permanente penúria dos Estados para proverem às

suas necessidades, Só os grandes estariam ao abrigo da ajuda federal direta, impondo seus interesses na formulação da política econômica. Os pequenos Estados obedecem porque são pobres e continuam pobres porque não participam dos estímulos comandados pela União. Essa circunstância permitiu que a 'política dos governadores' evoluísse para a supremacia do presidente da República, numa tendência que o presidencialismo favorecia. De outro lado, a resistência deveria concentrar-se no parlamento - este, entretanto, só estava aberto aos representantes dos governadores, submissos, nas questões políticas nacionais, à chefia do Catete." (8)

Tudo isso, todo esse emaranhado de trocas de influências, ocorria em silêncio, sem revoltas, sem levantes, Cada parte estava ciente de seus papéis, ciosa de seus limites. Os coronéis, nos Estados, brigavam entre si pela ocupação de espaços. Espaços conquistados, apoiavam o governador que, por sua vez, prestigiava os chefes locais e respeitava o Presidente da República. O Presidente, de sua parte, só deixava chegar ao Congresso quem fosse aprovado pelos governadores. Os Estados não impunham nada ao poder central e este, por sua vez, não teria qualquer interferência nas unidades da federação, que seriam governadas por quem delas se apoderasse, e da maneira que melhor lhe aprouvesse.

Dessa forma, assentados em base solidificada por todos os poderes, o Presidente da República, os Deputados e os Governadores, que tinham dependência mútua, passaram a ser todos do mesmo partido: o partido do governo. O poder poderia até trocar de mãos, mas os coronéis, homens honrados, jámais mudariam, permaneceriam com o governo.

Campos Sales pode, então, fazer uma drástica política de recuperação econômica sem qualquer contestação dos Deputados que eram meros produtos da vontade dos Governadores, reconhecidos pelo acerto com o Presidente da República. Até o governo de Hermes da Fonseca, as finanças estiveram estáveis, a política

em ordem, os coronéis reinando deslumbrados o reino que era seu.

Mas os políticos já não eram mais produto do voto. Se já não eram antes, muito menos o eram agora. Passaram a ser apenas o resultado de fraudes. As conseqüências foram o fortalecimento exagerado dos chefes de Estados, com o fortalecimento de oligarquias poderosas que se distanciavam, na mesma medida que se fortaleciam, da realidade nacional. Havia uma estabilidade governamental indiscutível, estribada em folgada maioria parlamentar, mas que era um produto do engodo, da negociata, cada vez mais ilegítima. O País principiava a esboçar certos descontentamentos, principalmente as camadas urbanas já se sensibilizavam por promessas de outros métodos, de outra forma de considerar a coisa pública.

O estopim, a movimentação que deu início às preocupações da massa com as coisas da política, foi a campanha que elegeu o presidente que tomaria posse em 1910, o Marechal Hermes da Fonseca. O militar era produto de uma articulação de coronéis e contava, inclusive, com o apoio do mais forte de todos, Pinheiro Machado, tendo tudo para passar à história como um presidente que se desencumbira de suas funções cumprindo os papéis convencionais.

Houve, porém, oposição. Rui Barbosa foi lançado em campanha e deixou de lado as críticas ao sistema, ao coronelismo, à política do "café com leite", para abordar o tema do civilismo. Na realidade, tal discussão seria estéril, pouco ligando o povo ao fato de o novo escolhido vir a ser civil ou militar, se não fosse pela forma. Rui Barbosa levou a campanha para as ruas e o inusitado era isso: a Presidência da República deixou de ser discutida apenas nas fazendas. A imprensa, os palanques, as esquinas, o povo, enfim, discutiam as candidaturas. Aí se se engravidaram os caminhos que levariam a 30.

O "esquema" garantiu a eleição de Hermes. Mas Hermes não era do ramo. Informado, talvez, pela formação castrense, deu-

se a depor governadores, buscando destruir as oligarquias. Iniciou um movimento chamado "salvacionismo".

Ocorria a primeira agressão ao sistema coronelista. É importante ressaltar que os salvacionistas não pretendiam apenas substituir chefes que eventualmente empolgavam o poder. O movimento buscava quebrar a forma de galgar-se ao poder. Queriam atingir a estrutura coronelista de dominação. "O país - supunham os líderes novos - anseia pela regeneração dos costumes, voltadas as nascentes camadas médias para o moralismo contra os chamados políticos que haviam corrompido a nação." (9)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, globo, 1977. p. 501.
2. Ibid., p. 554.
3. Ibid., p. 554.
4. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 244.
5. FAORO, Raymundo. op. cit., 563.
6. Ibid., p. 564.
7. Ibid., p. 568.
8. Ibid., p. 568.
9. Ibid., p. 600.

CAPÍTULO VIII

A INTROMISSÃO MILITAR

A candidatura Hermes nascera de verdadeiro movimento militar e, estando ele de posse da Presidência da República, os militares imiscuíram-se nas coisas da política. Acharam-se com o direito, quiçá com a obrigação, de mudar a face da administração pública. "Nasceu, desta forma, o 'sálvacionismo', para, em nome da democracia e da pureza representativa, libertar o povo escravizado aos oligarcas. O militar, instrumento e beneficiário da emancipação, ajudava os oprimidos a conquistar o poder, manchado de 20 anos de corrupção e violências. 'O funcionamento do esquema se processou quase de modo uniforme: nos Estados 'escravizados', as oposições, com a cobertura do 'comitê das salvações' suscitavam uma candidatura de luta, - via de regra um militar, filho da terra - agitava-se a opinião, as guarnições federais entravam na zoadá, e se não fosse possível vencer nas urnas, vinha o desfecho, a procissão na rua, o candidato oposicionista ganhando 'na marra', no pau, na violência.' Era a inversão do sistema instalado por Campos Sales, que presumia a legitimidade do governador no poder. O partido governista - o agrupamento organizado ou os representantes estaduais na capital federal - sentia-se invadido por outra vontade, que se irradiava da presidência da República, espontaneamente ou pressionada pelo Exército político." (1).

Todo o movimento, porém, se bem que deixou plantado o fortalecimento do Presidente da República em detrimento dos Governadores, não logrou durar mais do que o quadriênio do Marechal-Presidente. É que nascera envolvido, composto com vícios antigos. Pinheiro Machado, o coronel nacional, sentiu que as manifestações militares não seriam passíveis de se conter. Apenas uma guerra civil suportada pelas forças militares dos Governadores contra o Exército poderia impedir a presença de Hermes da Fonseca na Presidência da República. Seria então necessário envolvê-lo, fazê-lo um candidato constitucional, não romper o arcabouço jurídico que sustentava o esquema de dominação. O Marechal viria de farda, mas percorreria o caminho vincado com os hábitos, com as maneiras, com os compromissos dos presidentes civis. Na prática, o militar subiu aos palanques com os coronéis, levou os votos cabrestados pelos coronéis, foi o candidato travestido de civil confirmado em composição com os coronéis.

Evidentemente, houve a festa dos quartéis. Houve candidatos dos quartéis, Governadores e Deputados dos quartéis. Afinal, com ou sem composição - ao Exército não interessava esse aspecto - o Presidente era da casa. Em cada unidade da federação não faltou voracidade política aos militares. É verdade que se excitavam em nome da derrubada dos coronéis dominantes mas, para tal, envolviam-se, negociavam com os coronéis que não lograram êxito na última eleição. Enfim, trocavam coronéis por coronéis e de troco recebiam coronéis. Além desse aspecto, de se envolverem com os chefes locais na divisão dos interesses, assumiram os métodos, ganharam o poder da mesma forma, intermediaram a coisa pública, assumindo os compromissos de sempre.

Sem dúvida, a vontade militar de transformação, o salvacionismo, foi uma grande mentira. Mentira sem enganados, já que todos os que jogavam desfrutaram em condomínio, enquanto a festa durou, dos faustos do poder. Talvez tenha havido uma decepção dos militares que esperavam passar eles próprios às

condições dos derrubados, ser os novos donos do poder. "Expulsos os oligarcas dos governos estaduais, supõem os articuladores do novo esquema, fundamentalmente adverso à 'política dos governadores!', que o povo, livre dos grilhões, votará nos candidatos abolicionistas, na maioria militares ou apoiados pelos militares Na raiz desta ingenuidade, que só mudaria uma oligarquia local em outra oligarquia, está a chave do retorno estadualista, passado o quadriênio, com a marca, desde Afonso Pena em ascensão, da preponderância do poder central e presidencialista. Os Estados não são transformados internamente, senão que sofrem ocupação transitória." (2) Foi um enorme susto, mas os coronéis envolveram e passaram aos militares as mesmas tintas. Ficaram todos da mesma cor. Cada insatisfeito foi engolfado e expelido pronto para reproduzir o mesmo sistema. As seqüelas, e elas ficaram, não aconteceram por vontade de nenhum militar. A partir de então o poder ficou mais centralizado nas mãos do Presidente da República e os acertos sobre a Presidência se fecharam ainda mais nas mãos dos donos do café e do leite.

A partir da estranha aventura militar, estranha à classe dominante, porém por ela envolvida, iniciou-se a concentração de poderes nas mãos de quem dirigia o país. Fosse para preservar o sistema de novas investidas fardadas, fosse para usufruir mais do mando pessoal, o Presidente da República passou a centralizar sempre e mais o poder, resultando daí uma alteração fundamental na estrutura do coronelismo e nas relações de poder coronelista.

Até então, desde as bases até o Presidente da República, não havia um chefe institucional, não havia quem mandasse pelo cargo, mas sempre se chegava ao cargo porque mandava. Nesse contexto, em toda a instância havia negociação, composição, acertos, surgindo daí um representante que intermediasse, que atendesse aos interesses de todos. As relações eram mais pessoais e a autoridade escolhida era sempre o resultado das alquimias, das fórmulas antigas, era sempre o produto, o resultado de

colegiados. Não havia hierarquia sequer pessoal, o escolhido era um representante que poderia ser substituído se não cumprisse seu papel. Óbvio, havia quem manipulasse melhor o poder, quem se esquivasse com mais jogo de cintura por entre as agudas e intrincadas situações que o sistema apresentava. Mas o fundamental era que quem ocupasse postos públicos ali estivesse para servir aos interesses dos coronéis, ou não os ocuparia. Os coronéis eram os donos, os proprietários do poder.

A partir da intromissão militar o sistema começou a cobrar reciprocidade dos coronéis. O poder ainda os serviria, ainda os agraciaria com favores, mas eles tinham que pagar o serviço. Pagavam com voto, é verdade, e obtinham os votos como sempre o fizeram, sem dúvida, só que agora, se o governo quizesse, poderia marginalizá-los, deixá-los no ostracismo, relegá-los ao desprestígio.

Eles, por seu lado, poderiam vingar-se, deixar de eleger um homem importante, dar rasteiras lá pela base. Isso demonstrava que os coronéis e os homens do governo já não eram mais a mesma coisa. Um não vivia sem o outro, eram os dois seres de uma simbiose perfeita, mas ao observador atento não escapariam as diferenças: os coronéis já não eram o governo, o governo já não era os coronéis.

Essa diferença coloca seus reflexos na fórmula de Campos Sales e "...a política dos governadores, se não entra em agonia, ganha conteúdo que, em breve, a desfigurará, antes da morte violenta. São Paulo e Minas Gerais continuarão, até 1930, a se revezar no poder central, só uma vez transigindo e só uma vez desafiados. Mas, não serão mais os Estados que dominam, ver-se-á, cada dia mais, senão a União, passando aqueles de focos dinâmicos para sustentáculos do nascente sistema solar. A transição, sutil nas primeiras sombras, adquirirá maior clareza, passando o sistema estadualista ao consórcio comandado do alto, até que, num dia, as situações estaduais sejam o entrave a remover para que o

jogo continue, desembaraçado dos freios retardadores." (3)

Na esfera federal, a tranqüilidade aparente de antes não foi mais notada. O novo escolhido para presidir o País morreu antes de assumir e o seu vice permaneceu apenas o tempo necessário para que uma nova composição de interesses ungesse o próximo. Poderia ter sido Rui Barbosa, mas dado às exigências de compromissos de reformas do civilista e à intransigência do Rio Grande do Sul em aceitar candidato de Minas ou São Paulo, nasceu a candidatura de Epitácio Pessoa, para surpresa até do próprio paraibano. Rui correu em oposição fazendo outro estardalhaço, tendo como base da campanha a pregação de necessidades de reformas, sensibilizando as massas urbanas e levando mais votos do que qualquer previsão.

A administração de Epitácio Pessoa foi violentamente conturbada, pautada por intervenções, oficializadas ou não, em vários Estados. Os coronéis ainda eram um fato, mas o poder central já era outro e os dissídios já não se continham. Os presidentes centralizadores e enérgicos que se seguem a Epitácio "são o reflexo das novas circunstâncias, ao tempo que atestam, na própria escolha, a eleição das qualidades representativas do meio." (4)

Seu governo foi "seguido pelo do Presidente Bernardes, que foi um estado de sítio que durou quatro anos." (5) Os problemas de Bernardes nasceram já na sucessão. Nilo Peçanha, correndo em oposição, tentou mudar as regras do jogo, trazendo à tona os coronéis que há tempos não eram conclamados a dar tão importante contribuição. Propôs a escolha de candidato único, através de uma convenção formada por Presidentes das Câmaras Municipais.

Os chefes dos municípios são sacudidos no seu torpor e passaram a reivindicar, agora que lembrados, as condições de outros tempos. Os militares foram envolvidos com publicações de cartas atribuídas a Bernardes, criaram agitações e seu líder,

Hermes da Fonseca, foi prëso. No Forte de Copacabana rebentou revolta que, apesar do insucesso, gerou os heróis da Avenida Atlântica, os Dezoito do Forte, entre os quais Sirqueira Campos e Eduardo Gomes. Foi aí plantado o marco histórico do Tenentismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 600-1.
2. Ibid., p. 600.
3. Ibid., p. 603.
4. Ibid., p. 607.
5. HENRIQUES, Affonso. Vargas; o maquiavélico. São Paulo, Palácio do Livro, 1961. p. xvii

C A P Í T U L O I X

A QUEDA DA REPÚBLICA VELHA

Usando da força, calando os Estados pela violência, Bernardes deixou o País quieto mas não apaziguado para seu sucessor, Washington Luiz, que recebia as finanças estruturadas, o poder ainda mais centralizado pela única reforma constitucional à Carta de 1891, as oposições escurraçadas a ponto de não lançarem candidato. Mas Washington Luiz administraria o fim de um ciclo histórico. Ao fim do seu governo seria assistida à liquidação da República Velha.

Vários fatores somaram-se para compor os atos funerais do reino dos coronéis. No plano econômico, o estouro da bolsa de Nova Iorque abalou a situação do Brasil. Internamente, a crise financeira causou problemas sociais que acabaram em desemprego, greves, reivindicações trabalhistas.

Politicamente o clima era agitado. O poder central, distanciado das bases, era insensível à sua própria estrutura de poder. Os militares, ainda de honra ofendida, viam com muito gosto o recente golpe na Argentina. As massas urbanas agitadas sofriam influência da organização de classe do operariado estrangeiro. O Rio Grande do Sul espreitava a oportunidade de fazer-se valer, de "acabar com a camorra mineiro-paulista."

A quebra da estrutura coronelista de poder, a desconsi-
deração por um sistema que funcionaria apenas enquanto a cúpula

tivesse consciência que era produto da base, levou à transformação do estado de coisas vigente. Não obstante a relação de fatores econômicos e políticos desligados do coronelismo que informaram em parte a Revolução de Trinta, o reinado dos coronéis depereceu por autofagia. Primeiro, porque o presidencialismo exarcebado, a centralização do mando, que não tinha mais os homens no poder por resultado de composição com os coronéis, mas meramente por transação de migalhas de influência com eles. Depois, porque a política café com leite abandonava sempre e mais ao relento financeiro os outros Estados, esquecendo-se de considerar as demais unidades da federação que, como Minas e São Paulo, já eram fortes e queriam sua parcela no delicioso bolo do poder. Por último, porque o poder central deixou de atender as próprias necessidades básicas da lavoura, ganha-pão principal dos coronéis, suportes da república agrícola.

A centralização presidencialista quebrava já a própria justificativa da revolução republicana, que se pretendia federalista. Desmerecia os coronéis, que tinham noção de serem o suporte de todo aquele estado de coisas, e chegou, pela atitude de Washington Luiz em querer impor seu sucessor, a cometer a irresponsabilidade de desconsiderar o acordo Minas-São Paulo, suporte que não poderia ser dividido na manutenção da política dos governadores.

Já no tempo de Epitácio Pessoa, foi dado o alerta: "Contestam-no, a ele e aos rumos de sua política dominadora, os grandes Estados, no primeiro lance que mostrará, no futuro, a inviabilidade, dentro da ordem vigente, do esquema ultrapresidencialista." (1)

O governo central, na medida em que encerrou exclusivamente em suas mãos toda a capacidade de decisão, tirou dos coronéis o seu principal papel, destruiu a capilaridade do sistema. Até então, lá no fim da linha, o coronel era o terminal sensível com poder decisório e jamais errava nas intervenções a

favor do governo porque estava a decidir sobre os seus próprios interesses. O coronel, até por intuição, sempre soube que a manutenção de suas regalias dependia profundamente de seu comportamento impecável como agenciador, como intermediário de interesses. "Na medida, entretanto, que a União comanda, com sobrançeria crescente, a política econômica e financeira, já na década de 20, o poder coronelista tende a se tornar obsoleto, como obsoletas sêrão as relações entre os sistemas estaduais e o federal O que mata o coronel é o próprio exercício de suas funções, em certo momento inúteis, diante dos meios diretos de convívio do governo com o povo O poder pessoal se dissolverá no poder institucionalizado, sepultando, de caminho, o esquema liberal dos ideólogos. O chefe local, certo de seu perecimento, corteja o governo estadual, invertidas as situações, debatendo-se em longa agonia, com a sobra de relíquias do passado...". (2)

A manutenção do poder central nas mãos dos mesmos oligarcas já não poderia ser mais suportada pelos fatos que informam a história. A relação de poder era artificial, as pessoas que geriam a coisa pública pairavam no alto, mas sem qualquer suporte que lhes desse solidez. Os caminhos para a ruptura institucional estavam abertos.

Deflagrada a sucessão presidencial, São Paulo deveria abrir mão da Presidência da República em favor de Minas. Era a vez do outro Estado. "Estava à testa do de Minas Gerais, o Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que desejava ardentemente subir à curul presidencial. Ora, o Presidente Washington já tinha o seu candidato em mira e isso contrariou imensamente os desígnios mal ocultos do hábil político montanhês, cuja sagacidade lhe havia granjeado o cognome de 'raposa mineira'." (3) De fato, São Paulo queria ser sucedido por São Paulo e, mais do que isto, um presidente queria impor seu sucessor.

Minas, com habilidade, foi em busca da terceira força, o Rio Grande do Sul, e envolveu os pequenos Estados, lançando

Getúlio Vargas à Presidência e a vice João Pessoa, Governador da Paraíba. A composição foi chamada de Aliança Liberal. A campanha foi violenta, acirrada, com agressões no Parlamento e nos palanques. No recinto do Parlamento um Deputado assassinou outro, cidades se rebelaram contra os Governadores, e o próprio Vice-Presidente da República saiu ferido de um comício.

No auge da crise financeira os coronéis necessitavam de dinheiro. Era necessário salvar a agricultura, "e o presidente recusou os auxílios financeiros exigidos pela lavoura." (4) A classe média se debatia para sobreviver, com os pequenos comerciantes e industriais indo à falência e exigindo participação política. Os operários queriam empregos e direitos. A campanha era feita nas ruas e os comícios eram verdadeiras festas populares, agitadas e com reivindicações. Vargas apresentou, e pela primeira vez isto ocorria em qualquer campanha, um programa de governo buscando sensibilizar todas as camadas da sociedade. Mesmo em São Paulo as manifestações a seu favor tomavam as praças.

Não obstante todos os aspectos favoráveis, a maioria dos votos ficou com o candidato do Governo. As eleições foram normais e se providenciava o aligeiramento do reconhecimento e transferência do poder. A vontade era de abafar-se os tumultos e os acirramentos de ânimos. Porém "ao iniciar-se em maio, com a instalação do Congresso, o reconhecimento dos deputados e senadores, a maioria não revelou propósitos de pacificação. Antes, pelo contrário, foi negado reconhecimento a toda a bancada paraibana e a grande parte da bancada mineira. Com isso, animaram-se os exaltados e voltou o ambiente a eletrizar-se. O assassinio do governador da Paraíba, João Pessoa, deflagrou o incêndio." (5)

O que mantinha o esquema dominante era apenas o centralismo suportado por Minas e São Paulo. Isso continha o rebelde e irrequieto Rio Grande do Sul sem oportunidades de agir. Os pequenos Estados eram trazidos em obediência forçada. Qualquer dos dois pratos da balança recebendo o peso do Rio Grande do Sul

tiraria o outro do plano. Mais ainda porque se somariam os pequenos Estados do Norte e Nordeste que, ou acompanhariam a Paraíba, ou ficariam neutros. Assim, agora em um plano de caráter nacional, a Aliança Liberal, Paraíba, Minas e Rio Grande, lideraram um enterro que deixa apenas nos arquivos da história uma "república dos coronéis". Daí até muitos anos, o autoritarismo do poder central já não seria mais uma aberração dentro de um regime. Seria, isso sim, a essência do novo estado de coisas, da nova forma de governar.

Getúlio Vargas iniciou como Chefe do Governo Provisório de 1930. Seus primeiros atos foram de agrado a cada setor da sociedade. As massas foi dado contento com maior acesso à educação e a ampliação notável das leis de proteção ao trabalho. Os militares, mormente os tenentistas, passaram a ser parte ativa do governo. A nova lei eleitoral, com o voto estendido às mulheres, tornado secreto, vigiado agora pela Justiça Eleitoral e com a representação proporcional dos partidos, deixou radiante a classe política. Os trabalhadores urbanos passaram a eleger, por seus sindicatos, a representação classista no Parlamento. A classe média era toda confiança no incentivo à indústria e à criação de empregos. E aos coronéis, com quem Getúlio em seguida criaria vínculos mais profundos, foi concedido o reescalonamento das dívidas agrícolas e a abertura de amplos créditos, créditos que o governo anterior havia negado.

Com a Revolução de 30 as relações de poder foram estruturalmente alteradas. A máquina administrativa do Estado penetrou em tudo. A administração burocrática foi instalada. A imensa rede de órgãos públicos que foi criada estende seus tentáculos a todos os cantos. As relações governo-povo, os atendimentos das necessidades, a troca de interesses passou a ser feita pelos representantes do governo. Chefes políticos poderiam até ter influência na repartição pública, podendo canalizar para lá os seus eleitores, podendo até ser chefe da repartição. Mas

uma coisa ficava clara: era o governo que estava atendendo, que estava fazendo o favor.

O coronel, no interior, sem dúvida foi respeitado, seu prestígio foi sempre levado em consideração. Mas ele também foi burocratizado, passou a ser produto da nomeação do Estado. Ou o coronel correspondia às expectativas, ou seria derrubado por decreto. Palavra nova, mas arma terrível, o Governador da região a tinha apontada para todos e a usava de forma impessoal, sem considerações outras que não as preocupadas com a eficiência, com os interesses do poder instalado no centro do País.

Havia, porém, os coronéis que pela habilidade desempenharam bem o papel de chefe tradicional de reduto eleitoral, cumprindo sua função de intermediário de interesses, de necessidades, de poder. Destes, muitos adaptaram-se às novas formas de atuação trazida pelos métodos instalados em 1930. Muito poucos, porém, resistiram a uma outra revolução: a urbanização e a transformação tecnológica. "Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas..." (6) Nas cidades que se desenvolviam, "ao antigo relacionamento de tipo primário, pessoal e afetivo, pouco a pouco se associou e cresceu o relacionamento do tipo secundário, impessoal, indiferente..." (7)

Além da urbanização e das alterações por si trazidas, os meios de comunicação colocavam novas opiniões aos protegidos e dependentes dos coronéis, bem como os meios de transportes facilitavam o contato pessoal do homem do campo com as coisas da cidade, antes inalcançável. E os moços do interior, com a industrialização, começavam a ter empregos na zona urbana e voltavam para casa com outras idéias, insubordinados ao chefe local.

Alguns redutos coronelistas, porém, sobreviveram.

Habilidades pessoais, condição financeira, aspectos sociais da localidade, distribuição demográfica da população, situação geográfica da região, podem ter sido fatores, dentre outros, que contribuíram para a permanência, em alguns lugares, da forma de manutenção de poder comum à República Velha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os doms do poder; formação do patronato brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 615.
2. Ibid., p. 647.
3. HENRIQUES, Affonso. Vargas; o maquiavélico. São Paulo, Palácio do Livro, 1961. p. 17 - 8.
4. BRASIL; história. In: ENCICLOPÉDIA barsa. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica, 1968. v. 3. p. 314.
5. Ibid., p. 315.
6. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo do Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa - Omega, 1976. p. 251.
7. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1977. v. 3 p. 181.

P A R T E I I

O PERFIL SÓCIO-PSICOLÓGICO DO CORONEL

I N T R O D U Ç Ã O

É muito caricaturada a imagem do coronel. O chefe político do interior teve a sua imagem deturpada, vendo-se, transformado num ignorantão rico que mandava a murros no interior e era logrado por espertalhões e mulheres bonitas na cidade. Fazia-se valer pela força no seu reduto e, quando fora dele, não obtendo as reverências habituais, procurava chamar a atenção geral sobre si com orgias de gastos espetaculares.

Nunca foi tal imbecil, porém, o homem que controlou votos, canalizou interesses, satisfez vontades, elegeu deputados e condenou ao ostracismo gente de muita influência. São quase sempre, é verdade, "homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o 'coronel', tardo e solene, realista e autóritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal cabloco." (1)

O coronel é antes de mais nada um esperto profundamente sensível a tudo que ocorre a seu redor. Se não é erudito, tem profunda cultura popular. Se não é bem falante, abre a boca apenas para dizer o necessário. Se seus gestos não são nobres, são recatados o suficiente para não chamar a atenção. Se o gozador

da cidade viu o interiorano escandaloso, viu certamente o bufão, o caricato, o novo rico ou o recém eleito que ainda não sabe que já perdeu a próxima. O coronel, por certo, não foi visto, estava tratando de interesses, negociando o poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 620.

C A P Í T U L O I

PELO LADO DO POVO

"Sou gente do Coronel Fulano e vim a mando dele para fazer o seguinte..." A expressão que tão identifica o vínculo com o chefe político local permite inclusive a noção de propriedade. É mais profunda, porém, a relação de dependência do povo com o chefe do reduto. "Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras. No máximo, o presidente e o governador corporificam os donos da República ou do Estado, super-fazendeiros que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos. O homem do sertão, da mata e do pampa sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma, sem que o socorra, para levantar o quadro de domínio, a idéia de representação. 'Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementariedade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem... Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrações a que sua existência está confinada: seu mundo é

formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa a do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa 'criatura domesticada': proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal, se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo.' Quem tem chefe não delibera, ouve e executa as ordens. O dissenso não se abrigará na liberdade reconhecida de opinião, senão que caracteriza a traição, sempre duramente castigada. Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abrandando-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. Num contexto de violência, consubstancial à vida rural, ela só se exerce contra o inimigo, nos atentados ao prestígio, em defesa da honra - ficar 'desmoralizado' num conflito equivale à morte. O eleitor vota no candidato do coronel não porque tema a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda. De outro lado, não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes." (1)

O coronel ao fazer o serviço, ao prestar ajuda, espera naturalmente a retribuição e o dependente o retribui com a mesma sensação de naturalidade. Ambos acham correta a troca de interesses que resulta da existência de uma ética peculiar ao coronelismo. As retribuições, os atendimentos dos pedidos de ambos os lados,

são prontamente atendidos por um dever ético, nunca por qualquer ameaça. Em caso de falta, o colono não se surpreende com as conseqüências. Pelo contrário, sente-se um traidor, envergonha-se, só o castigo poderá redimi-lo.

O coronel, do mesmo modo, é cobrado em seus deveres. O protegido sente-se no direito de ir à casa do chefe dizer de suas necessidades e esperar a pronta solução. É natural o protetor ser acordado de madrugada para providenciar a condução urgente, o que faz com gosto e preocupado em saber dos resultados. Nas festas o coronel é rodeado, o povo disputa a honra de estar ao seu lado e ele, por sua vez, sente-se gratificado e satisfeito com os paparicos do séquito.

Estas relações alimentam o sistema. É errado o entendimento de que o coronel é um mero pagador de contas, um comprador do povo. Se o dinheiro é usado é porque tem tal finalidade e quem dele necessita pede-o a quem o tem, mas tudo por atendimento, por favor, por relação de dependência, nunca por mercantilização de consciências, por compra e venda de vontades.

Havendo, pois, uma relação de barganha, é comum a existência entre coronel e povo de intermediários, de coronéis menores, de cabos eleitorais, que, por questões de estrutura econômica e social, sentem-se em condições de mesmo nível no controle das disposições de atender e ser atendido pelos votantes. "A existência deste sentimento de 'igualdade' deixa as relações de dominação-subordinação à mercê de quaisquer suscetibilidades e de melindres. Um pequeno chefe pode perfeitamente abandonar o grande coronel que sempre acompanhara e passar-se para outro, com toda a sua clientela, desde que se julgue ofendido em seus brios." (2)

Isso, via de regra, induz os grandes e médios coronéis a uma postura dramatúrgica, de paternalismo ideocrático, de atitudes comedidas em relação a seus intermediários que, por sua vez, entendem que "votar num candidato indicado por um coronel

não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente..." (3) O intermediário, por isso, o usa como meio de barganha, como bem de troca.

É preciso levar em conta, todavia, que "a relação entre a cúpula e a base será, em todos os graus, autoritária, sem que o rebanho eleitoral possa reclamar ou negociar, em níveis de comitante e comissário, o pagamento das promessas. Entre o superior e o inferior impera a assimetria, numa disfunção que, emancipado economicamente o eleitor, comprometerá o sistema." (4)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 633-4.
2. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1977. v. 3. p. 163.
3. Ibid., p. 163.
4. FAORO, Raymundo. op. cit., p. 588.

CAPÍTULO II

A MISSÃO DO CORONEL

Ao ordinário das vezes, os coronéis agem tendo o reconhecimento recíproco como preocupação básica a informar seu comportamento. O chefe político que se preza quer para si o prestígio. As vantagens que o poder trás, ele as quer para atender e manobrar o seu povo. Ele as quer para poder atender às necessidades de seus eleitores, e assim continuar sendo procurado, necessitado, respeitado, sendo gente importante.

O coronel cabala o voto, exige disciplina, mas "a exigência de um coronel para que seus apaniguados votem em um determinado candidato - imposição muitas vezes sem apelo - tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto." (1) O coronel sente-se obrigado a dar a cada um a assistência necessária, e está aí a finalidade de seus recursos, a utilidade de sua influência.

O fato de o chefe político do interior não mudar de lado, ficar sempre ao lado do governo, ganhe quem venha a ganhar as eleições é perfeitamente justificável, considerando-se o que o coronel entende ser sua missão: atender seus eleitores. O coronel vê e vive a política do negócio, não há a menor preocupação ideológica, há apenas interesses a ser preservados. Assim, quando ele fica com o vencedor não está traíndo ninguém, pelo contrário, está defendendo os interesses de seus protegidos. O coronel não

trai, faz um bom negócio. Busca garantias de que vai continuar conseguindo atender aos interesses de seus eleitores, que continuará sendo o senhor dos meios.

Daí, o fundamental é garantir os votos, ganhar eleições. Seja nas urnas, seja nas atas, compersuasão ou com violência, os meios não interessam, o escolhido tem que resultar eleito. "Sóbranceiros os chefes ao eleitorado, passivo e inconsciente na soberania das atas falsas e das eleições . a bico - de - pena, libertos de compromissos com os partidos, as decisões políticas obedecem a combinações e a arranjos elitários, maquiavélicos. O problema do político era o poder, só o poder, para os chefes e para os Estados, sem programas para atrapalhar ou ideologias desorientadoras. O agente ideal para esta ação será o realista frio, astuto mais que culto, ondulante nos termos, sagaz na apreciação dos homens, aliciador de lealdades e pontual na entrega dos favores." (2)

Restava ao coronel um único escrúpulo: a vergonha de ser derrotado. Quem perde eleição não manda, não consegue, não fala, e o chefe político seria defenestrado se deixasse de continuar nas condições de dominar os votos, conseguir os favores, falar mais alto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1977. v.3. p. 163.
2. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 588.

CAPÍTULO III

TIPOS DE CORONEL

Não há um perfil de coronel. É visível, em todos os casos, uma identidade que caracteriza, que informa a liturgia do poder, mas as características pessoais do coronel não são padronizadas. Todavia, há traços comuns que podem ser identificados de forma a permitir a categorização de uma tipologia do coronel em função de: a) porte e forma de mando; b) alinhamento; c) dependência.

Quanto ao porte e forma de mando, pode-se distinguir o poder exercido através do mando direto ou do mando intermediário, por coronéis de pequeno ou grande porte.

O coronel de pequeno porte, que tem poder limitado em termos de quantidade de pessoas que pode influenciar, exerce apenas o mando direto, que acontece pela ordem direta, fiscalizativa, de caráter bem mais autoritário, onde o eleitor é mais fechado em curral, trazido à urna em cabresto. De ordinário, o pequeno coronel, que exerce o mando direto, é vinculado a um grande coronel, de influência mais ampla.

O grande coronel, por sua vez, não obstante ter o poder de dar ordens diretamente a seus eleitores, não se preocupa em fazê-lo. Sua vontade acontece, no comum das vezes, pela interferência do intermediário. Ao contrário do pequeno coronel, que necessita cercar o eleitor, o grande coronel apenas divulga a

notícia, espalha o que pretende e o povo procura saber o que deve ser feito, se informar da vontade superior, buscando o conselho e a orientação do cabo eleitoral. É comum, inclusive, ao popular tomado de maior ousio, ir à casa do coronel levar-lhe os respeitos e pedir-lhe orientação, fato que é ocasião de marcante importância e que o eleva no conceito do reduto. Tal visita, se o ousado souber capitalizá-la, pode inclusive transformá-lo em cabo eleitoral e justificar ao agora candidato a líder de uma pequena paróquia, a frequência à casa do chefe.

"Quando o poder é direto sobre o eleitorado, o coronel tem certeza de dominar as eleições. No entanto, quando entre o eleitorado e o coronel existem intermediários o poder se torna mais flutuante." (1) Isto não significa menor poder por parte do grande coronel, traduzindo apenas o fato de que se conta agora com possíveis falhas intermediárias, eventuais trocas de lado, erros naturais e mesmo traições ocasionais. Mas tais margens de falhas são encaradas como erros técnicos e calculadas com precisão matemática.

Quanto ao alinhamento, no comum das vezes, o coronel é do partido do governo. Se trabalha para o candidato que não vence, sua primeira preocupação é acercar-se do novo titular do Governo Estadual, nível a que normalmente tem acesso. Há o alinhamento automático e o Governador já conta com ele, mesmo que não saiba disso.

O coronel não alinhado, ou vinculado a partido, normalmente é o de grande porte, com capacidade de resistir às amarguras da oposição e com influência a nível estadual. Em geral é o coronel que joga pelo poder de governar, que disputa em alto nível as eleições. Para não alinhar-se, ficar na oposição, o coronel haverá de ter suporte econômico para se manter e à sua gente, sem o que não resistirá aos anos de ostracismo.

Em termos de dependência, de necessidade do poder público, se bem que o emprego da violência não é o modo primário de

atuação do coronel, ele necessita de milícia. No mínimo por uma questão de efeito-demonstração, para apresentar demonstração de força. O chefe político necessita de polícia, tendo-a às expensas suas ou por influência da força pública.

Quanto mais contar com seus próprios contingentes, tanto mais será autônomo o coronel. Dependente das armas públicas o coronel será burocrata, vinculado, espécie de funcionário. "Poderosa a milícia estadual, fracos os coronéis; rala a força policial, ou integrada de contingentes privados, poderoso será o coronel. Despido de homens, armas e homogeneidade o corpo paramilitar estadual, o coronel se recrutará entre os fazendeiros, só estes capazes de organizar bando próprio, incorporável à força estadual sempre que útil. Disciplinada e militarizada a milícia, com elevado índice de profissionalização, murcha a empáfia do chefe local, dependente, para o emprego da violência e para proteger seus homens, do auxílio estadual. Nesse caso, outras categorias, que não as territoriais, podem ocupar a posição de coronel, como o coronel advogado, o coronel comerciante, o coronel médico, o coronel padre." (2) Os coronéis nascidos em tais circunstâncias, porém, têm absoluta dependência do poder público, e como receberam o poder por determinação superior, da mesma forma podem perdê-lo. Não têm raízes, são muitas vezes estranhos ao local e não raro não conseguem formar vínculos, sendo obedecidos porque sustentados por força, mas sempre fustigados de perto pelos chefes políticos naturais do local.

Além das categorias referenciadas, há outras formas de procedimento próprias dos coronéis. O exercício do coronelismo, uma maneira de atuar politicamente, pode ser levado por pessoas com características as mais diversas. Há o coronel reservado, mesmo no seu ambiente, e há o festeiro, dado a formar rodas e conversar com todos, atendendo seus protegidos de público. Há o coronel que visita, distingue famílias e o que apenas é visitado. Há os que acumulam riquezas e os coronéis que apenas se fascinam

com o jogo do poder. Muitos se assessoram, buscando doutores, outros os ojerizam. Há coronéis que se fazem eleger ou aos seus familiares, outros fazem eleitos. Os que querem empregos, os que os dispensam. Enfim, o modo pessoal de o coronel atuar não define a relação. Há o coronelismo quando há a barganha, a intermediação, a dependência. O coronelismo é compromisso, e cada coronel o estabelece a seu modo, mas cada modo não foge ao fundamental: troca comprorissada de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1977. v.3. p. 158.

2. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p. 630.

P A R T E I I I

IMARUÍ: UM SÉCULO DE CORONELISMO

I N T R O D U Ç Ã O

Em Imaruí, Santa Catarina, há quase um século uma família tem decisiva influência política nos destinos da cidade. A convivência com o poder é comum à família Bittencourt desde 1891, quando Jerônimo Luiz Bittencourt tornou-se Intendente. A convivência com a coisa pública continuou com Ezaú Bittencourt, chefe da geração seguinte. Seu mais hábil membro, porém, foi Pedro Bittencourt, neto de Jerônimo, filho de Ezaú.

Instalado no mando do Município em 1930, permaneceu até sua morte, em 1982. O poder local e a forma de gerí-lo e mantê-lo, sem dúvida, foi inventariado em família, como o mais respeitável e precioso de todos os bens. E com todo um ritual silencioso, em um ambiente de esoterismo só sentido pelos iniciados, o bastão do Velho Coronel passou às mãos de Portinho Bittencourt, novo chefe político da família. A maneira de a família manter-se no comando da cidade de Imaruí, por tantos anos, é o objeto específico deste estudo.

C A P I T U L O I

IMARUÍ E SEU CORONEL

A população de 20.000 habitantes, basicamente de origem açoreana, está bem distribuída nos 422 quilômetros quadrados de área do município de Imaruí que obteve sua maioridade em 1890, ao emancipar-se de Laguna.

Na sede, ou zona urbana, vivem apenas 20 por cento dos habitantes, o que dá uma prevalência absolutamente rural à população que se distribui por exatas 37 localidades. Os que vivem no centro exploram um comércio varejista e miúdo, trabalham em alguma da meia dúzia de pequenas indústrias existentes ou são funcionários públicos. Os interioranos cuidam da lavoura de subsistência onde colhem alguma mandioca, feijão, milho, arroz ou fumo, tendo a pesca e a extração de madeira como alternativas. Há também uma pecuária relativamente forte, com cerca de 35.000 cabeças mas que pertence, pelo menos na parte do rebanho destinado à exploração comercial, à família Bittencourt. É, pois, uma cidade de economia periférica, mas que consegue manter em níveis razoáveis de subsistência a sua população. Certamente devido ao fato de as pessoas serem proprietárias do local onde moram e dos próprios meios de ganhar a vida, os minifúndios e os artefatos de pesca, Imaruí preserva-se sem a presença de marginalizados a dar-lhe aspecto de lugar pobre.

Geograficamente, ficava à beira da rede estadual de estradas de rodagem. No início da década de 60, com a implantação das rodovias federais, ficou isolado. Não obstante estar a menos de uma hora da Capital, preserva os costumes e a arquitetura trazidos dos Açores, o que dá à cidade um aspecto de que parou, de que não submeteu-se às transformações que acompanham o tempo.

Sem quebrar o ritmo de repousante monotonia, porém, Pedro Bittencourt, com perfeita noção do significado das evoluções tecnológicas e urbanas, estruturou sua cidade com todos os recursos necessários ao bem estar social. Há farto transporte coletivo, a assistência médica, inclusive preventiva, é desenvolvida em número e qualidade, todas as crianças têm escola com serviço de merenda, havendo passes de transporte gratuitos para todos os que moram longe e os 3.274 estudantes locais, distribuídos por 39 educandários, são servidos por 180 professores, o que dá uma média ótima de 18,18 alunos por professor. O centro da cidade é servido por rede de água e esgoto e o sistema de energia elétrica e telefonia atinge todo o município. (1) Tinha, pois, o Coronel Pedro Bittencourt, a noção do seu tempo, desenvolvia-se com o desenvolvimento. Sua atuação era dominadora, mas esperava a conseqüência eleitoral pela aplicação do benefício, não pela distribuição da violência. Tomou a posse política de uma cidade onde até 1938 só se chegava por canoa e, a mesma cidade, ao abraçar seu corpo, em 1982, tinha tantas ou melhores condições à disposição da população do que qualquer outra em sua região.

Pedro Bittencourt exercia o poder através do mando intermediário, assessorado por uma atuante rede de pequenos coronéis, não deixando ele próprio, porém, de se fazer presente e de atender pessoalmente a quem o procurasse, indicado por um de seus chefes de eleitorado. Além disso, fazia reuniões constantes com seus homens de confiança, frequentava o interior seguidamente e era comum entrar de repente em um boteco

passando horas na troca de idéias com o povo e com o seu cabo eleitoral que em cada localidade o acompanhava.

Nos moldes dos coronéis de grande porte, não obstante ter permanecido sempre em Imaruí, colocou gente de confiança nos mais importantes cargos do Estado e dos Municípios vizinhos. Fez de cada colocado um posto avançado na defesa de seus interesses, um agradecido intermediário de alto escalão, um dedicado empregado particular remunerado pelo erário público. Devem-lhe o cargo, o meio de subsistência, Deputados e Prefeitos que não se reelegeram mas que têm votos, burocratas competentes e profissionais liberais habilidosos.

Dominou também, e como bem entendeu, o sistema político de diversas cidades da região sul, chegando a indicar os chefes do Executivo de Laguna e Araranguá, dominação que sempre e mais se acentua. A perfeição de seu sistema é verificável mesmo pelos votos de novembro de 82. Não obstante não ser dos maiores colégios eleitorais do Estado, a região de Pedro Bittencourt foi a que proporcionou a maior diferença no número de votos ao partido do governo. E sendo os votos vinculados, vinculados foram praticamente todos os votos em sua região, havendo uma diferença de apenas nove entre os sufrágios do Governador e do Senador eleitos. Não há nenhum outro caso onde tenha ocorrido tal paridade, tendo a eleição majoritária do Estado sido decidida nos domínios do Velho Pedro. (2)

Quanto ao alinhamento, jamais curvou-se ao Governo Estadual. Era do Partido Social Democrático, PSD, não admitindo alternativas. Ao serem extintos os partidos pelo movimento militar de 64 sofreu profunda depressão, tendo ficado hospitalizado por mais de 40 dias. Após a recuperação foi tomado de revolta, querendo manifestar seu desagrado. Os panos quentes que o contiveram foram colocados pelos próprios filhos. Morreu, porém, sem inscrever-se na Aliança Renovadora Nacional, ARENA, ou no Partido Democrático Social, PDS. Ou por noção do

seu valor ou por temperamento, quando insatisfeito, criava atritos com os governadores e mantinha a sua decisão. Com os da UDN vivia em guerra, tendo enfrentado Irineu Bornhausen e sido atacado por Jorge Lacerda em seu próprio reduto, quando sofreu duas penosas e desestabilizantes traições, exigindo-lhe desdobrados esforços para aniquilá-las. Com os do PSD também fez manhas políticas, até ver que as coisas saíam como queria. Chegou a desentender-se inclusive com seu único e reconhecido chefe, Nereu Ramos, em duas ocasiões. Primeiro, na Revolução Constitucionalista de 32, com Nereu ficando simpático aos paulistas e Pedro a Getúlio. Depois, durante a Segunda Guerra Mundial, quando tropas estaduais, a mando de Nereu, com quem discutiu asperamente na oportunidade, vieram fazer revista na colônia alemã de São Martinho. Pedro Bittencourt, com forças próprias, impediu a entrada do Coronel Trojilo Antonio de Mello nas terras sob sua proteção, responsabilizando-se pelo ato que praticara e pela gente que defendera. De qualquer forma, eram amigos, chefe e chefiado, ocorrendo diversas ocasiões em que Nereu, a cavalo e de canoa, por terra, mar e lagoa foi a Imaruí, passar alguns dias na casa de Pedro e retornar descansado às funções. Anos mais tarde, o Coronel discutiu com Celso Ramos, negando-lhe a fala. Só houve as pazes quando Celso visitou-o em Imaruí.

Pedro Bittencourt tinha seu próprio pessoal que iria às armas se necessário. Era, em face do poder próprio, independente, jamais tendo-se submetido, mesmo durante a revolução de 30, a intermediários. Tinha fidelidade mas não obedecia sequer ao Coronel Lacombe, Governador do Sul, que assinara, em 30, o Decreto de sua nomeação como Prefeito. Ordens, só de Nereu, se dadas por ele ou depois de conferidas.

O Velho Pedro gostava do poder e gostava de gostar do poder, indo constantemente aos centros maiores para gozá-lo,

ver-se recebido, atendido, acompanhado. Adorava comício cheio de gente e por nada deixava de fazer discurso, falando bem e curtindo os aplausos. Era reservado mas por discrição, não por timidez. Atendia às pessoas mesmo na rua e era sempre rodeado, mas sempre ouvia mais do que falava. Visitava constantemente e da mesma forma era visitado por seus eleitores, sempre pronto para uma conversa demorada em um almoço bem servido. Conhecia toda a sua gente e, nas oportunidades em se que fazia presente uma autoridade mais importante, apresentava cada um pelo nome e contava os feitos políticos que destacassem o apresentado.

O Coronel herdou do pai e acumulou riqueza pelo próprio trabalho. Explorava a pecuária e comprava quase toda a produção de mandioca da região para usar como matéria prima em sua feccularia que produzia para exportação. Chegou a ter cinco serrarias de grande porte e uma fábrica de aguardente. Com os anos dedicados à política, porém, foi deixando pelos caminhos do tempo os seus bens. Gastou-os, reservando-se todavia, e este com muito guardo, o jogo do poder. Surpreendeu-se, já em idade avançada sem qualquer meio próprio de ganhar a vida, vindo-lhe a solidariedade do PSD em socorro. Celso Ramos nomeou-o titular do Tabelionato da Comarca de Braço do Norte, assinando-lhe o ato de aposentadoria menos de 15 dias após.

Pedro Bittencourt não era do tipo que sentia rubores ao falar em ocupação de cargos públicos. Elegeu a si, aos seus e aos amigos de confiança para tudo o que lhe foi possível, como colocou em exagerada quantidade os parentes e amigos íntimos em todos os cargos possíveis. É verdade que exigia eficácia na utilização política do cargo ocupado, condição de permanência e justificativa do nepotismo, predicado sem o qual o servidor seria defenestrado. Paradoxalmente, não transformou sua Prefeitura em cabide de empregos. Seu maior número de servidores chegou a 94 (3), na atual administração contando-se braçais, professores e primeiro escalão, com apenas um inativo.

A assessoria é composta de seis pessoas. Comparando-se tal situação com a de Laguna, por exemplo, nota-se o quanto é restrito tal quadro. Imaruí tem 11.797 eleitores e Laguna pouco mais de 30.000, o que a torna três vezes maior, mas tem 11 vezes mais empregados, passando de mil, com mais de 200 inativos. (4)

Mas o Pedro do Ezaú, ou mesmo Pedro Ezaú, como era conhecido entre os mais idosos, que antes de 30, quando resolveu conhecer o mundo, foi tropeiro, mascate, pedreiro, homeopata e caixeiro, era cativante, brincalhão, gostava de fazer piada. Dava broncas contando parábolas, broncas indiretas, para o bronqueado pensar em casa. Transformava-se, porém, se houvesse desobediência política. Aí era implacável. Primeiro a bronca seca, os desaforos. Depois, o prazo para o arrependimento e o tempo de penitência. Por fim, se fosse o caso, a criação de obstáculos na vida do desobediente. Lançava mão do que pudesse na demonstração de sua ira. Usava do fisco, criava entraves nos órgãos públicos, recomendava o desprezo, influenciava no emprego, dava um jeito. A vingança, o necessário e exemplar castigo por desobediência viria a cavalo, chegaria certo, poderia tardar mas não falharia. Palavra de honra que a coisa não iria ficar assim. E não ficava.

A gratidão ou o desagrado de Pedro atigiam ao colono, eleitor do interior, com a mesma precisão com que fulminavam um político graúdo. Elegeu para a Assembléia Legislativa a Armando Calil Bulos. O eleito entendeu que os votos eram resultado de sua própria competência e nunca mais foi Deputado. Ivo Silveira, Presidente da Assembléia, veio a Imaruí visitá-lo. Passou o dia e ficou-lhe no agrado. O Coronel organizou uma festa, convidou os políticos e na hora do comício lançou Ivo como candidato a Governador, que acabou sendo escolhido pela convenção. Escolhido, começou a campanha por Imaruí, cidadela do PSD.

Assim era Pedro Bittencourt, Prefeito de sua cidade por

um quarto de século, que em 1961 deixou a Prefeitura e nunca mais deu palpites na administração do Município. Conselhos, só políticos. Tinha orgulho dos filhos e dos netos, todos iniciados no jogo do poder. Gostava de andar a cavalo no interior e de engalanar-se para ser recebido em Palácio. Nos últimos anos o passeio de maior agrado era ir à Assembléia Legislativa visitar o Presidente, seu filho Epitácio, já em campanha para Deputado Federal. Demonstrava aí uma comedida vaidade, só percebida pelos que lhe eram chegados.

Apesar de tudo isso, o fim da vida reservou muitos desagradados ao Velho Coronel. Em 1978 faleceu o neto Ricardo, em 1980 os filhos Políbio e Ptolomeu morreram em acidente aéreo, em 1981 outro neto, Ismar, foi assassinado. Quando, no mesmo ano, morreu Diomício Freitas, o último adversário que restara das velhas refregas PSD/UDN, compareceu aos atos funerais e voltou desolado, dizendo "resta-me o caminho dos elefantes". Reuniu a família em festa que disse ser de despedida. Na hora das falas, um último conselho: "Não adianta fazer força para ser político. Tem que gostar e fazer tudo com sinceridade, senão não se consegue a confiança do povo. E não resolve fazer na véspera. Política se faz todo o dia."

NOTAS

1. Dados levantados pelo autor junto à Prefeitura Municipal de Imaruí.
2. A observação é compartilhada tanto pelo autor quanto pela família Bittencourt.
3. Verificado pelo autor.
4. Dados colhidos junto à AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna.

C A P Í T U L O I I

A LINHAGEM DE PEDRO BITTENCOURT

Era Capitão da Guarda Nacional o avô de Pedro, Jerônimo Luiz Bittencourt. Não era senhor de muitas terras, mas tinha, para o local, as condições financeiras e o prestígio pessoal suficiente para ostentar tal título, ter sido promovido a Major, ser Conselheiro Municipal, ter sido Intendente em três períodos diversos e ter feito o irmão, Antonio José Bittencourt Capanema, ocupar o mesmo cargo.

Não obstante ser da Guarda que representava a elite dos homens que suportavam o Império, tinha autonomia, gozava de independência política suficiente para ter assinado, antes da queda do Império, um contundente manifesto pró República.

As conseqüências se faziam acontecer e tornavam rebuliçosa a vida do Capitão Jerônimo, proporcionando à educação de Ezaú Bittencourt, o filho que adotou as lides políticas do pai, um forte tempero colhido nas práticas das lutas pelo poder. Além do ambiente familiar agitado, proporcionado pelas posições políticas do pai, Ezaú era tocado pelo clima vivo do movimento Farrroupilha, a Guerra do Paraguai, a República.

Escaldado, experiente por ter tomado parte ativa desde cedo nas manifestações que influenciavam na gerência da coisa pública, passou a ser, ele próprio, gente de influência em sua cidade. Lutou pela transformação da Vila em Município, o que

ocorreu por Decreto em 1890, e participou das batalhas de bastidores para manter a municipalidade que os adversários queriam ver revogada.

Enquanto promovia manifestações de natureza pública, debates retóricos, Ezaú já tramava, começava a amalhar formas de controle do Município recém criado. Coube-lhe como Secretário da Administração Municipal, após participar com atos que marcaram decisão na luta pela afirmação definitiva da independência de Imaruí, elaborar o primeiro Orçamento Municipal. Isso significou a conquista do poder de concessão, de distribuir as rendas do Município, de colher os primeiros agradecimentos. Em 1905, lançado candidato para representar Imaruí na esfera estadual, não aceitou. Tornou-se, de qualquer forma, o procurador dos interesses municipais junto à Capital.

Ezaú Bittencourt, além das lides como homem ligado ao poder público, era parteiro e prático homeopata de livro publicado. Por isso, gozava também do relacionamento íntimo da maioria das famílias do local. Não havia médico nem ali nem nos arredores e as consultas eram diárias, feitas por toda a gente. Essa condição lhe permitia frequentar as casas, ouvir os problemas, dar conselhos, gozar da confiança e da intimidade de todos. Também nas festas não faltava a presença alegre do Ezaú comandante de quadrilhas e chefe de contradanças, animador dos arrasta-pés dos interiores.

E Pedro Bittencourt cresceu neste ambiente, vendo e aprendendo a importância do prestígio público, do reconhecimento pessoal e da popularidade. Aos 15 anos, resolveu ganhar o mundo e comunicou ao pai que iria viajar. Voltaria mais tarde, mas queria conhecer o mundo lá fora.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DE 30

Os rebuliços políticos no Rio Grande do Sul atraíram Pedro Bittencourt. Em 1923, foi para os pampas sentir de perto o clima revolucionário que o empolgava. Alistou-se na Campanha Libertadora e ocupou a patente de Capitão. Com a derrota da Revolução passou à clandestinidade, somente reaparecendo algum tempo depois em Imaruí, onde fazia continuada pregação de suas idéias e mantinha correspondência com os líderes políticos que formariam a Aliança Liberal. Saía de Imaruí apenas para encontros políticos no Rio Grande do Sul onde, no Palácio do Governo, conheceu em 1929 a Nereu Ramos, de quem tornou-se seguidor político, homem de confiança e bom amigo. Nessa época, fundou no Rio Grande o Centro Catarinense, entidade que acolhia, aliciava, fazia conchavos e reuniões, preparando barrigas - verde que dariam apoio ao movimento revolucionário que se articulava contra a República Velha.

Algum tempo após seu retorno, Pedro casou-se com dona Margarida Mattos, neta do primeiro Intendente Municipal, o Coronel Serafim José da Silva Mattos, compadre de seu pai e revoltoso de 1893 que teve o único irmão fuzilado pelas forças legalistas. O irmão fora confundido com o Coronel, preso, obrigado a cavar a própria sepultura e ali mesmo abatido, tombando no buraco que abrisse. Dona Margarida, por formação em

ambiente onde os atos de revolta, de rebeldia ao poder constituído eram comuns, incentivava o marido à participação política e à campanha a favor da Aliança Liberal, que então já concorria, com Getúlio Vargas, contra Júlio Prestes.

O próprio Getúlio, enquanto candidato, enviou ofício à Pedro Bittencourt, nomeando-o representante da Aliança Liberal na região, prescrevendo-lhe obediência à orientação política de Nereu Ramos.

As eleições de 1º de março de 1929, entretanto, deixaram Pedro Bittencourt distante de qualquer poder. Afirma-se que teria ganho o pleito, com títulos conferidos. Mas se ganhou, não levou. Não obstante o prestígio do avô e do pai, ter participado de campanha aberta contra o governo foi atitude que o jogou ao ostracismo, que o manteve na marginalidade da coisa pública até 30.

Sua impotência diante dos meios de que se utilizavam as autoridades da República Velha para garantir os votos foi sentida já no dia das eleições. Os eleitores que conduzia, a oposição, foram impedidos de entrar no edifício da Prefeitura, onde estava instalada a seção eleitoral. Soldados barravam a porta. Houve briga, apagaram os lampiões, mas tudo deu em nada.

Tudo ocorrera como sempre, mas as partes já não se adaptavam aos fatos que meramente se repetiram. Ganhou o governo, perdeu a oposição, mas não se calaram os insatisfeitos. Nereu Ramos advogava recurso a favor de Pedro. Estava tramitando quando se alteraram os fatos.

Em 26 de julho foi noticiada a morte, o assassinato de João Pessoa. Pedro escutou Nereu e recomeçou a campanha. As manifestações agora eram agitadas, eram em clima de revolução. Não se faziam comícios para pedir votos, pregava-se a derrubada do governo. As manifestações eram, porém, duramente reprimidas pelos ainda donos da situação, tornando comuns as cenas de agressão recíproca.

Ao eclodir o movimento de 1930, Pedro estava comprometido com ele por todos os seus atos. Participou da sua pregação, organizou adeptos e, como não tinha obstáculos familiares ao engajamento nas tropas revolucionárias, foi à luta.

Dia 4 de outubro de 1930 arregimentou gente e foi ao encontro das tropas, encontrando dia cinco o General Portinho, comandante dos revolucionários. Deu-lhe notícia da situação do Estado e levou-lhe mensagem do Coronel Lacombe, militar de confiança dos gaúchos que viria a ser Governador do Sul.

Recebendo ordens de voltar para Laguna, Pedro Bittencourt chegou dia oito, quando soube que dois dias antes fora nomeado Prefeito Provisório do Município de Imaruí. Duas nomeações anteriores ocorreram no Rio Grande do Sul. Pedro Bittencourt foi o terceiro Prefeito nomeado pela Revolução. Devendo em seguida tomar Imaruí, lá chegou dia nove. Não foi necessário tomá-la. Já era esperado. Assumiu a cidade antes mesmo de Getúlio tomar posse do País.

Pedro Bittencourt passou em cada repartição pública, tomou posse delas em nome da Revolução e em seguida dirigiu-se à sede da Prefeitura já desocupada. Sentou-se na cadeira do Prefeito e ficou lá por mais de 25 anos. Jamais deixou, até sua morte, de ser o senhor do cutelo e do baraço.

CAPÍTULO IV

ESTABELECENDO O PODER

De posse do Governo Municipal, munido de todos os poderes, passou a administrar. A primeira preocupação foi somar todas as forças, mesmo as que o perseguiram quando da Campanha Liberal, mantendo quase todos os funcionários públicos em seus postos, evitando revanches, prestigiando seus companheiros de luta mas evitando humilhar os derrotados.

Dado que era revolucionário de primeira hora e que tinha bom relacionamento com Nereu Ramos, anterior mesmo à campanha presidencial de Getúlio, não lhe foi difícil pleitear recursos para Imaruí.

Sua preocupação, desde o início foi possível perceber-se, era preparar os meios necessários para não perder mais o poder. Haveria de conquistar cada eleitor, tentar fazer-se presente em todas as partes da cidade, assegurar com que seus atos como Prefeito, de alguma forma, atingissem a cada cidadão. Sabia que tinha que criar vínculos, atrair confiança.

Conseguidas as primeiras verbas, foi ao trabalho. E o trabalho era correr o Município. E por 15 anos, levando os filhos Epitácio e Portinho, que depois continuariam o trabalho do pai, montado a cavalo, andava pelos cantões. As vezes voltava depois de 10 dias, parando nas casas dos colonos, convivendo com as famílias, discutindo o que fazer. Talvez estivesse trabalhando

para o povo, talvez trabalhando para que o povo confiasse nele, quem sabe trabalhando para que o povo passasse a depender dele. De qualquer forma, virava-se e se ia instalando, se solidificando, atendendo, criando vínculos. Era o homem no poder com quem se podia contar. Conseguiu abrir estradas, trouxe de fora um farmacêutico conceituado, buscou um médico, criou o serviço de assistência social. No município não havia escola. Pedro conseguiu três estaduais, criou duas municipais e contratou professoras para dar aulas em casas alugadas. Os lavradores do lugar viram pela primeira vez o crédito agrícola, intermediado pelo Prefeito que avalizava os títulos de cada agricultor nos bancos de Laguna.

Com o trabalho vinha a campanha. Todo dia era dia de política. A habilidade de chegar ao povo pela obra estava em prática na palestra do médico, na reunião e orientação aos professores, na explicação aos pais de alunos, na condução do colono para o crédito, no comício de inauguração da estrada nova.

Em 1936 houve eleições para o Governo Municipal. Pedro Bittencourt concorreu contra todos os demais partidos em coligação e logrou grande diferença de votos. Em 9 de abril de 1936 assumiu como Prefeito eleito.

Em 1937 aconteceu o Estado Novo e Nereu Ramos, Interventor Federal, telegrafa a Pedro Bittencourt: "Pedro Bittencourt, Prefeito Municipal de Imaruí - Por merecerdes absoluta confiança de meu governo, deveis continuar na direção do município. Abraços. Nereu Ramos, interventor."

Não obstante a tranquilidade de não ter eleições próximas, o Prefeito permanecia em campanha. Queria realizar obras de impacto, grandes feitos que lhe confirmassem o prestígio, que lhe aumentassem o reconhecimento. Pedro Bittencourt capitalizava com habilidade as conquistas, traduzia no meio da opinião popular o significado de tais obras. Ficava entendido que ele as conseguira, que seu peso político proporcionara tais ganhos à cidade.

Em 1945 Nereu Ramos ingressou no recém fundado Partido Social Democrático - PSD. Foi acompanhado por Pedro Bittencourt que, a convite de Nereu, tomou parte, na Capital, da mesa que dirigiu os trabalhos de organização do partido e de lançamento do candidato à Presidência da República, ficando efetivado como membro do Diretório Regional.

CAPÍTULO V

O PERÍODO DE 45

Não obstante o vínculo e a subordinação ao sistema, Pedro Bittencourt criara raízes que se espalhavam por toda a terra de Imaruí. Permanecia fiel aos líderes remanescentes do movimento de 30 que sabia terem sido, como a família foi a forja, a sua fonte de poder.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é intimado a entregar o poder. Com a derrubada do Presidente, Pedro Bittencourt exonerou-se. Iniciou, de imediato, porém, a campanha eleitoral a favor de Dutra, conduzindo-lhe mais de 90 por cento dos votos de seus eleitores, logrando o índice percentual mais alto obtido pelo candidato em qualquer outro Município.(1) Passava, a partir daí, à consideração mais alta dos próceres do PSD e a ser comentado dentro das rodas da UDN.

O gesto de abandonar o cargo de Chefe Municipal, entretanto, trouxe-lhe problemas. Seu substituto, Tenente Valmor Borges de Aguiar, com pretensões de criar futuro, de fazer carreira de chefe político, ousou contestar-lhe a autoridade. Pedro Bittencourt foi expulso da Prefeitura pelo impertinente candidato a seu substituto.

Teria que haver demonstração de quem mandava. O gesto aventureiro do Prefeito "ad hoc" teria que sofrer imediata correção sob pena de outros serem ensaiados. Mais de mil homens

invadiram a Prefeitura para a deposição do apavorado Tenente. No último momento Pedro Bittencourt permitiu que permanecesse o Tenente, convidando o povo a retirar-se, conforme uma das versões a respeito do episódio.

O Interventor Federal no Estado, Luiz Galotti, mesmo sendo da UDN, completou o castigo. O substituto foi exonerado, tomando posse o Tenente Líbero de Camilo, que se aproxima de Bittencourt. A seguir, assumiu a Interventoria Udo Deeke, pessedista, que de imediato nomeou Pedro Bittencourt de volta ao comando do Município.

Houve um segundo e rápido afastamento. Em fins de 1947, Pedro teve de desincompatibilizar-se para concorrer às eleições municipais. No pleito, o PSD de Imaruí obteve novo recorde eleitoral nos anais da República Nova. Pedro Bittencourt foi eleito com mais de 90 por cento dos votos e, o que também jamais tinha acontecido, todos os vereadores eleitos eram do seu partido. O PSD elegeu o Prefeito e ocupou todas as cadeiras da Câmara de Vereadores. (2)

Este seria seu último mandato. Os próximos teriam no Paço Municipal outros maestros, todos, porém, pupilos do Coronel Pedro. Os que pegassem a batuta veriam que ela se moldara às mãos que a detiveram por tantos anos e que a orquestra só funcionaria se as partituras continuassem sendo compostas pelo mesmo chefe da cidade.

N O T A S

1. Segundo controle escrito de Pedro Bittencourt ao qual o autor teve acesso. Não há condições de precisar se é dado relativo ao Estado ou ao País.

2. Ibid.

C A P Í T U L O V I

AS RELAÇÕES COM A UDN

A UDN nunca existiu como força partidária em Imaruí. Os poucos simpatizantes poderiam ser lembrados e contados na ponta dos dedos por qualquer iniciado nas coisas da política.

Uma outra versão dos acontecimentos ocorridos quando da curta passagem do Tenente Valmor Borges de Aguiar pela Prefeitura, todavia, demonstra com peculiaridade e graça o fim desastroso em que acabaram as tentativas udenistas de empolgar o poder.

Pedro Bittencourt, segundo esta versão, deixou a Prefeitura quando foi derrubado Getúlio, não por decisão pessoal, mas por ter sido exonerado por Luiz Galotti. Em seu lugar foi nomeado o udenista Tenente Valmor Borges de Aguiar. Pedro não entregou a Prefeitura. Valmor chegou, de surpresa, com forças policiais destacadas da Capital, expulsou Pedro da sede do Governo Municipal e ocupou o edifício. Pedro reuniu uma tropa de cavalaria com mais de mil homens que, como voluntários, expulsaram o Tenente e a guarda que lhe garantia a posse.

A fuga do Tenente deu-se pelos fundos do prédio, quando a força policial já cuidava de manter a própria pele. Valmor correu à casa de Haleir Capanema, chefe da UDN, vestiu um disfarce, conseguiu uma motocicleta e rumou para a Capital. No

caminho, um obstáculo: o rio D'Una era atravessado de balsa. Não daria tempo para esperá-la porque a cavalaria vinha atrás. A moto foi abandonada e o rio atravessado numa canoa que a sorte lhe pusera à mão. Do outro lado a corrida continuava à pé. O veículo foi trazido de volta e abandonado no centro da cidade com um cartaz: "Serviu para a fuga da UDN". Por muito tempo o Tenente que queria ser político não seria visto.

O Governador udenista eleito, Irineu Bornhausen, tomado de brios, marcou visita à cidade. O Governador haveria de ser recebido. Chegou com a comitiva e encontrou as ruas vazias, a cidade deserta, a Prefeitura fechada, ninguém para recebê-lo. Indagando, descobriu: Pedro Bittencourt decretara feriado municipal e os políticos locais fariam visitas ao interior. Furioso, Irineu retornou deixando anunciado que haveria resposta.

E a resposta veio. Conseguiu-se uma acusação de que Pedro estava usurpando propriedades, grilando terras. O Governador nomeou Valmor Borges de Aguiar, agora Capitão, como delegado especial para presidir o inquérito que apuraria os fatos. O delegado instalou-se na casa de Haleir Capanema, dono da motocicleta que o salvara, para sondar as verdades. E os fatos foram apurados, concluindo-se por alta responsabilidade criminosa de Pedro Bittencourt. Remetido o inquérito para Laguna, então sede da Comarca, houve a condenação. Inconformado, tentou mostrar inocência, mudar a sentença que o lançara ao rol dos criminosos, apelando ao Tribunal de Justiça estadual, segundo e necessário passo no caminho das leis. Tal pretensão, teria que passar, todavia, por cima do Governo Estadual. Mas a UDN estava a postos. Foi confirmada a condenação. Restava o passo último e mais alto, o Supremo Tribunal Federal, que era no Rio, então Capital da República.

Um dia Pedro bate às portas do Palácio da Presidência da República. Vem o guarda e Pedro não se afeta: "Mande dizer

ao Presidente que Pedro Bittencourt tá aqui." — "Quem? O senhor tem audiência marcada? Qual o assunto? — Diga que é o Pedro Bittencourt, de Imaruí, que ele sabe. E o assunto não interessa, é particular." E o chefe foi consultando o chefe até que Nereu Ramos, amigo de Pedro, Presidente da República, desce à porta do Palácio, abraça-o diante do olhar espantado de todos e entram confabulando. O Supremo absolveu a Pedro Bittencourt.

Pedro absolvido, sumiu Valmor. Outra cavalaria expulsou-o da cidade. Solitário, atravessou, remando uma pequena canoa, a Lagoa de Imaruí, batendo na localidade de Perrixil. Dali, foi à pé para Laguna, chegando por fim a Florianópolis. E Pedro, que por Irineu Bornhausen era chamado de "velho cacique", foi à tréplica, passou telegrama ao Governador: "O velho cacique manda avisar que na cidade dele só fica quem ele quer e só recebe quem ele gosta. O Governo é teu mas o Presidente é meu. Saudações da terra do PSD. — Pedro Bittencourt.

Irineu, para manter o prestígio do seu homem, o Capitão Valmor, nomeia-o Secretário da Segurança Pública de seu Governo.

Depois, mesmo após a criação dos novos partidos, só deu Governador do PSD, até que um dia voltou a UDN com Antonio Carlos Konder Reis. O agora Coronel Valmor foi nomeado delegado de Imaruí, mas já não incomodava mais. Mais tarde, Henrique Córdova, do PSD, assumiu o Governo e consultou o Presidente da Assembléia Legislativa, Eptácio Bittencourt, filho de Pedro, para saber que destino dar ao Delegado. "Pode deixar, já é nosso, e tudo o que não dá certo a culpa é dele. A gente explica que a culpa é da UDN, do Delegado." Quando Eptácio assumiu o Governo do Estado, em substituição a Córdova, o Coronel Valmor Borges de Aguiar, ruidoso e de público, aplaude a posse. Era o que restava dos esperneios e diatribes da UDN. (1)

NOTAS

1. O fato integra a história popular de Imaruí.

C A P I T U L O V I I

A U B I Q U Í D A D E D O S B I T T E N C O U R T

Pedro, que era filho de Ezaú, que era filho de Jerônimo, teve muitos filhos. E os filhos de Pedro e os filhos de seus filhos destinaram-se, por sinal com muito gosto, a cuidar da coisa pública em sua terra. De fato, os Bittencourt ou ocupam cargos eletivos ou têm emprego político em algum órgão público. Ninguém, entretanto, vadia às expensas do erário público. Fazem campanha, isto sim, trabalho contínuo, traficância permanente de interesses, manipulação do que está ao alcance, ao limite do possível, para atender seus eleitores. Não é uma família gozando em ócio do poder que Pedro amealhou. Pelo contrário, é uma contínua batalha pela manutenção do que foi adquirido, uma atuação permanente onde se preserva, trabalha e desenvolve o poder. E os instrumentos de trabalho, os meios de atuação são os órgãos públicos. Também não são empregos milionários os que os filhos, genros, noras e netos de Pedro ocupam. Não é perceptível um senso de entesouramento. O apetite é pelo poder. A dieta é feita de espaços em órgãos que permitam preservá-lo e ampliá-lo. A isso os Bittencourt se dedicam. E, atuando dessa forma, para ficar apenas no mais íntimo da família, os seus membros, excetuando-se os poucos que atuam na iniciativa privada ou são menores, ocuparam e ocupam as seguintes funções:

ANTEPASSADOS DE PEDRO

- Jerônimo Luiz Bittencourt (avô): Conselheiro da Intendência Municipal, Intendente.
- Ezaú Luiz Bittencourt (pai): Secretário Geral da Prefeitura de Imaruí, organizador do Orçamento Municipal, Procurador do Município.
- Antonio José Bittencourt Capanema (tio): Intendente.
- Serafim José da Silva Mattos (avô da mulher de Pedro): Intendente.

FILHOS, GENROS E NORAS DE PEDRO

- = Líbia Bittencourt Correa e Valmor Antonio Correa (filha e genro): Líbia - Inspectora Escolar. Valmor - Titular de Cartório, Vereador.
- Epitácio Bittencourt (filho): Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Governador, Deputado Federal.
- Portinho Bittencourt (filho): Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito, Presidente de duas Associações de Municípios.
- Ângelo Silvestre Bez (genro de Pedro, casado com Nívea): Vereador, Presidente da Câmara.
- Custódia Ribeiro Bittencourt (nora de Pedro, casada com Vicente Pinzón): Exatora Federal.
- Ptolomeu Bittencourt (filho): Presidente Municipal da ARENA.
- Políbio Bittencourt e Maria Regina Carvalho Bittencourt (filho e nora): Políbio - Vereador, Presidente da Câmara. Maria - Titular de Cartório.
- Djalba Bittencourt Coelho e Rui Coelho (filha e genro): Djalba - funcionária da Assembléia Legislativa. Rui - funcionário da Assembléia Legislativa.

- Adolar Bekendorf (genro de Pedro, casado com Maria Salete): Assessor da Direção do Besc.

NETOS DE PEDRO BITTENCOURT E CÔNJUGES

- Válbia Bittencourt Correa (neta): Funcionária da Assembléia Legislativa.

- Pedro Bittencourt Neto: funcionário da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual.

- Epitácio Bittencourt Sobrinho (neto): Vereador.

- Sérgio Faust (casado com Jussara, neta de Pedro): Vereador.

- Volmar Bez (neto): funcionário do Besc.

- Silvestre Bez (neto): funcionário do Badesc.

- Políbio Bittencourt Júnior (neto): funcionário da Casan.

CAPÍTULO VIII

A OCUPAÇÃO DOS CARTÓRIOS

Nunca houve um único advogado na cidade. Não que deixassem de gostar de lá, mas é que não havia mesmo um mínimo de serviço que justificasse a presença de uma banca de advocacia no cenário açoreano da praça.

Em 1967 permanecia o mesmo estado de coisas, sem advogado. Mas neste ano Imaruí é transformada em sede de Comarca. Governador, Deputados e comitiva inauguraram o Fórum, o que até hoje não se justifica, pela reduzida demanda processual.

Mas Pedro Bittencourt sabia da importância do Poder Judiciário e a família teria que cuidar de insinuar-se por todos os caminhos por onde tramitam as coisas da Justiça. O Fórum teria de vir e haveria de ser ocupado. Em cada órgão do Poder Judiciário, seja nos cartórios judiciais, seja nos cartórios auxiliares da Justiça, a marca registrada seria selada na porta, dividindo-se o Fórum da seguinte maneira:

- Cartório do Crime, Cível e Anexos: o titular foi Lúcio Carlos Faust. Lúcio é casado com uma filha da irmã de Pedro Bittencourt.

- Cartório de Registro Civil: Heriélcio Jacques Dias foi o oficial. É filho de Bráulio Dias, amigo íntimo de Pedro Bittencourt, e irmão de Hailor Delambre Dias, médico trazido

para a cidade por Pedro, para cuidar do Posto de Saúde e depois do Hospital local, duas vezes Prefeito da cidade pelas mãos do mesmo chefe político.

- Tabelionato: tinha como titular Valmor Correa, casado com Líbia Bittencourt Correa, filha de Pedro.

- Registro de Imóveis: a titular era uma nora de Pedro, Maria Regina Carvalho Bittencourt, esposa de Políbio.

- Cartório Eleitoral: era respondido também por Lúcio Carlos Faust.

- Juiz de Paz: Joaquim Medeiros, compadre de Pedro e de Portinho Bittencourt.

- Advogado: o único advogado da cidade era o estudante de direito Políbio Bittencourt, filho de Pedro.

- Advogado "Ad Hoc": na falta de profissional formado, atuava como leigo nomeado pelo Juiz, Diogo Teixeira de Medeiros. Foi o farmacêutico que Pedro levou para Imaruí.

- Advogado contratado: foi contratado pela família Bittencourt o advogado Flordualdo Sena que tinha em seu escritório, às suas costas, ao alto, uma fotografia do Presidente da República, outra do Governador e no meio, maior e melhor emoldurada do que as outras duas, a de Pedro Bittencourt.

- Oficial de Justiça: Américo Martins Vieira, compadre de Pedro Bittencourt.

C A P Í T U L O I X

A PARTILHA DOS ÓRGÃOS CRIADOS PARA SER DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA

Ao passo em que o Governo ramificou sua penetração, as entidades utilizadas pela população, sejam as públicas, sejam as privadas, vão sendo abocanhadas pelos mais espertos. Alguns poucos, muito poucos, em verdade, conseguem dominar, em uma região, um maior número destas entidades. Talvez um único caso exista em que alguém tenha diretamente sob seu controle todas, exatamente todas as entidades de utilidade e uso públicos em uma cidade. Pedro Bittencourt enquanto viveu as teve, e os filhos as preservam.

Além dos órgãos do Poder Judiciário, pode-se ainda relacionar:

- Coletoria Federal: foi nomeada coletora Custódia Ribeiro Bittencourt, nora de Pedro, casada com Vicente Pinzón Bittencourt.

- Coletoria Estadual: Ari Delfino foi o indicado. Era pessedista de confiança, Vice-Prefeito de Portinho Bittencourt.

- Coordenação Local de Ensino: Albi Isarel da Silveira, cunhado de Portinho Bittencourt, era o coordenador.

- Posto de Saúde: Hailor Delambre Dias, o médico que Pedro Bittencourt trouxe para a cidade. De tal confiança que por duas vezes foi feito Prefeito.

- Rádio 26 de Abril: a emissora que tem por nome a data de aniversário de Pedro Bittencourt, é propriedade da

família.

- Jornal da Integração: o único jornal local, também da família.

- Cooperativa de Eletrificação de Imaruí: presidida por Malaquias Thiesen, funcionário da Prefeitura, homem da confiança de Portinho Bittencourt.

- Colégio Carlos Gomes: dirigido por Heriélcio Jacques Dias. Também titular do Cartório de Registro Civil.

- Serviço de Abastecimento de Água: pertencente à Prefeitura, que pertence à família.

- Estádio Municipal de Futebol: denominado Políbio Bittencourt.

- Sindicato Rural: é dirigido por Aurino Antonio Berto, cabo eleitoral da família.

- Jerônimo Coelho Futebol Clube: presidido por Vicente Faust, tio de Lúcio Faust, Secretário Geral da Prefeitura.

- Banda de Música: dirigida por João Batista Duarte, filho de Diogo Teixeira de Medeiros, o farmacêutico trazido por Pedro.

- Times de futebol do interior: todos dirigidos por cabos eleitorais e compadres.

- Capelas e Paróquias: todos os festeiros são compadres ou cabos eleitorais.

- Colégio Pedro Bittencourt: o diretor é Alécio Onélio do Nascimento, amigo da família, duas vezes Vereador.

- Clube Recreativo Cruzeiro do Sul: presidido por Agostinho Rodrigues Bittencourt, sobrinho de Pedro.

- Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista: na entrada a placa e a fotografia em homenagem a Pedro Bittencourt, seu fundador e presidente. O tesoureiro é Portinho Bittencourt.

- Agência Municipal de Estatística: o agente é Gustavo Custódio de Oliveira, compadre de Pedro, Vice - Prefeito

de Portinho.

- Escola de Corte e Costura: mantida pela Prefeitura, é dirigida por Arsênia Bittencourt Roldão, sobrinha de Pedro.

- Comissão Municipal de Esportes: dirigida por Lúcio Carlos Faust, casado com uma sobrinha de Pedro e também titular do Cartório do Crime, Cível e Anexos.

- Centro de Saúde: dirigido por Rui Candemil, de tradicional família udenista, indicado pela sua atual dedicação aos Bittencourt. É também dentista da Prefeitura.

C A P Í T U L O X

A COLABORAÇÃO DOS COLABORADORES DA JUSTIÇA

Quando da realização de eleições, é necessário ao Poder Judiciário lançar mão do auxílio de leigos para compor as mesas eleitorais que dirigem os trabalhos nos locais onde são instaladas as urnas. Da mesma forma, essa ajuda é necessária para compor as juntas de apuração, encarregadas de contar os votos, e para prover os veículos particulares que são credenciados para fazer o transporte dos eleitores.

A fiscalização da Justiça Eleitoral fez-se mais presente em Imaruí a partir de 1967, com a criação da Comarca. Se mesmo depois disso a habilidade da família Bittencourt permite dribles eleitorais, antes da separação da Comarca de Laguna, com a Justiça nunca presente, o jogo saía tão ao gosto do time pessedista que o adversário, no mais das vezes, sequer adentrava à praça de disputa. Mesmo agora, com o Juiz por perto, com os bandeirinhas a postos, ainda se necessitou de muito tempo para arregimentar alguns poucos e inseguros jogadores dispostos a vestir qualquer camisa que não tivesse as cores dos Bittencourt. E se alguma vez se montou um time disposto a jogar na oposição, sempre foi desfalcado e com torcida nenhuma, sem qualquer manifestação de apoio. Se alguém apostava contra os Bittencourt, se escorregava um voto contrário, fazia-o em surdina, torcendo para que não fosse descoberta tamanha destemperança, eis que, se

tal ocorresse, poderia contar com entraves em tudo o que pretendesse desenvolver.

Mas instalados os serviços eleitorais, marcada a primeira eleição, acontecem as dúvidas evidentes. O Juiz, vindo de fora, não tinha a menor noção de quem era quem, quais pessoas poderiam ser indicadas para as mesas eleitorais, para as juntas apuradoras, para o transporte de quem queria votar.

As sugestões foram buscadas nas listas anteriores, nos titulares dos cartórios, no Poder Executivo e no Legislativo. Mesmo que se quizesse selecionar, evitar os possíveis tendenciosos, não se poderia fugir, por falta de elementos humanos com um mínimo de qualificação, dos professores e dos funcionários da Prefeitura. E não havia funcionário ou professor que não fosse da confiança de Pedro Bittencourt.

Os funcionários públicos ligados aos órgãos municipais deviam-lhe o emprego, e os estaduais ou federais tinham como chefe um parente seu ou um cabo eleitoral de sua confiança. Os professores, funcionários de maior penetração no interior e que compunham a maioria dos auxiliares da Justiça Eleitoral, deviam-lhe, em sua grande maioria, a presença em Imaruí. Ocorria que as nomeações aconteciam por vagas, com raras lotações. E vagas só havia no Oeste do Estado, para lá indo o grande número de normalistas que queriam trabalhar. O pessoal de Imaruí, graças ao prestígio de Pedro Bittencourt, era removido para a sua própria terra, devendo-lhe a colocação. Mas o prestígio que trazia podia mandar de volta e todos sabiam disso. Estavam pois, feitos voluntários por escolha do comandante, todos com espontânea disposição para ajudar.

Há por todo o município umas 80 urnas, estando a maioria delas, mais de 60, espalhadas pelo interior, ficando oito no centro da cidade e 12 na periferia urbana. (1) Da boca da urna e recinto eleitoral, estendido à casa do eleitor, é fechado um cerco. Nos dias anteriores tudo é combinado, o município

mapeado, tarefas distribuídas, poderes atribuídos, cada ato é ensaiado até a certeza de que cada um cumprirá perfeitamente seu papel. Cada cabo eleitoral conta e reconta seus votos, explica e discute os duvidosos. Estudam-se medidas de atendimento ou de pressão. O atendimento é paternalista, e a pressão exercida no limite do necessário e possível, dissuadindo insatisfeitos e rebeldes. Na realização destas operações, cada cidadão é estudado, eleitor por eleitor, nome por nome. Conhece-se a todos, sabe-se de seus problemas pessoais, relacionamentos sociais, dificuldades financeiras e de crédito. Sabe-se tudo, não há intimidade, a vida privada é devassada e com ela se manipula.

Com dados absolutamente certos e detalhes de planejamento e previsão tão ou mais apurados do que os de uma operação militar, chega-se ao dia das eleições.

O dia começa cedo, todos correndo a seus postos. Nesse dia não se come, não se vai ao banheiro, não se pode sentar ou parar um instante. Um cochilo pode significar um voto e a perda de um voto significa o desprestígio do cabo eleitoral e o risco da eleição de um candidato.

A primeira tarefa é dos motoristas, que devem conduzir os eleitores. Vão buscá-los em casa, dão novamente os nomes a serem votados e lembram os números dos candidatos. Mais uma, e pela última vez, vão repetindo até a boca da urna o que deve ser feito. E o eleitor, repetindo alto como se fosse lição de criança que decora sem entender, chega a fazer "cola", escrevendo na mão e copiando na cédula o nome ou o número do candidato. No dia anterior cada votante foi comunicado do horário em que seria apanhado e espera certo a sua vez. Vai, vota, é trazido de volta e agradece penhorado o favor que entende que lhe fizeram.

Enquanto acontece lá fora o barulhento, cansativo e empoeirado trabalho de encurralar o povo, nas mesas eleitorais sucede o meticuloso e sutil trabalho de lidar com as cédulas, o que é feito pelos próprios mesários com o assessoramento dos

fiscais de partidos, cabos eleitorais e olheiros que se acotovelam no entrar e sair, conduzindo o eleitor à sala de votação. Ali, se a Justiça está perto, a Justiça no caso só se for o próprio Juiz, o eleitor entra e sai da cabine sob o olhar pedinte, conselheiro e ao mesmo tempo ameaçador de quem lhe conduz. Se não está a Justiça, enquanto o votante assina a lista de votação, o seu condutor eleitoral preenche a cédula e a deposita na urna. Em muitos casos, a cabine sequer é montada, votando-se ali mesmo, de público, sob o olhar atento dos mesários.

Muitas vezes a oposição não se mostra disposta. O fiscal opositor é acertado para ficar no local sem nada ver, dispensando a presença de algum outro eventualmente mais sério. Se por ventura existe alguém da oposição com disposição de incomodar, caminha-se então de forma um pouco mais discreta. Logo que instalada a mesa eleitoral, um dos mesários sai para tomar um cafezinho, levando uma ou duas cédulas oficiais de votação já devidamente rubricadas, passando-as ao cabo eleitoral que chefia o local. A cédula é preenchida, dobrada, e entregue ao eleitor considerado duvidoso. Se for homem, guarda-a no bolso. Se mulher, no sutiã. O eleitor adentra à sala e dirige-se à mesa, recebendo outra cédula para votar. Ao entrar na cabine indevassável, troca a cédula não votada pela já preenchida e coloca esta última na urna. Em seguida, saindo da sala, entrega a cédula que recebera na mesa ao cabo eleitoral que o espera lá fora. Com a nova cédula recebida o cabo eleitoral repete a operação. Ao fim do dia, o mesário sai para novo cafezinho, recolhe as cédulas do cabo eleitoral e junta-as às demais que sobraram. Tudo é conferido, tudo está certo, lavram-se os documentos legais e está ganha mais uma eleição. (2)

Ocorre que muitas vezes o eleitor quer mesmo é vender o seu voto. Com o mais tranquilo descaramento, diz que quer tantos cruzeiros por seu voto e, chegando-se ao acerto do preço, submete-se ao que é necessário. Desenvolve-se então outro tipo

de trabalho. O cabo eleitoral já montou por perto um local apropriado para confabular com o eleitor. Normalmente um simpatizante empresta a casa. O cidadão entra e é revistado. Constatado não ter nenhum outro papel consigo, recebe uma cédula impressa, colorida para não haver engano, do tamanho da oficial e devidamente carbonada. Sai com ela e é acompanhado por alguém que o vigia até a entrada da cabine de votação. Lá a cédula colorida e carbonada que recebeu é posta sob a cédula oficial e esta é então preenchida. As cruzes que marcam os quadradinhos são reproduzidas na cópia. Foi tudo bem treinado e não há erro. Na saída, o vendilhão é levado de volta pelo vigia à casa em que se faz o mercado de votos. Devolve a cópia para conferência, recebe o avençado e despede-se civicamente, não sem antes prometer, por ter gostado, recomendar o estabelecimento a outros interessados. E os fiscais da Justiça, que bem sabem de tudo, permanecem impassíveis, prontos a testemunhar a mais correta das eleições. É de se notar que se acusados de utilização de outros sistemas de manipulação, os Bittencourt calam, mas negam enfaticamente o emprego deste último método.

Encerrado o pleito, parte-se para as apurações e preenchimento dos mapas. Nas contagens dos votos entra uma nova turma de trabalho, tão bem treinada nas velhas práticas quanto a que saiu.

Abertas as urnas e despejadas as cédulas sobre as mesas, separam-se por montinhos, pequenas pilhas, os votos de cada candidato. E aí vão sumindo os votos da oposição, os nulos, os brancos, os de candidatos de fora, estes últimos enxotados como daninhas aves de arribação. Os votos que não são dos candidatos que se quer eleger ficam debaixo, são colocados sob as pilhas de votos dos protegidos e passam a ser todos contados a favor.

Se há algum incômodo, dá-se sempre uma maneira de driblá-lo. Quando o Juiz fica de olho, descobre-se-lhe o assunto predileto e se lhe faz rodízio no bate papo. Vem um cafezinho,

vem o lanche, vem a água, vem tudo o que lhe distraia a atenção. Quando há fiscal da oposição, cria-se uma briga com um deles e os demais indo ao socorro abandonam os postos, dando chance às rápidas manipulações e sumiços de montes de cédulas que param sob os montes que se quer ver crescidos. E se o fiscal não desgruda de nenhuma forma, simula-se a trapaça e o Juiz é chamado. Dado que era simulação, nada se encontra. Isso inibe o atento oposicionista, que de comum é homem humilde, a chamar novamente a autoridade. Mas se chamar é repetida a dose e na terceira vez é o Juiz que não vem. Não vem e alerta o já perdido vigia a não tumultuar o andamento dos serviços que mesmo em ordem já lhe são enfadonhos.

Acabada a contagem, a oposição, mesmo insatisfeita, se acomoda. Pratica aí um grande erro, porque agora é que vão ser preenchidos os mapas com os resultados que serão considerados os válidos. Com maior tranquilidade os Auxiliares da Justiça somam e diminuem como o gosto lhes manda. E o candidato que na apuração havia contado tantos votos, verá depois, surpreendido, que os números, nesses casos, são transformados como que por encanto. Claro, cabem os processos judiciais, a recontagem, mas até que se ache um advogado de oposição, e até que ele aprenda direito eleitoral, isto se for bem motivado, os prazos já exauriram e as eleições já se confirmaram. (3)

É diplomática a resposta dada pelos Bittencourt às críticas da oposição. "Existe alguma coisa, mas é muito pouco, é menos de 10 por cento, todo mundo já quer votar em nós. O que existe é que todo mundo quer ajudar e então parece que as coisas não estão certas. Mas não é preciso nada disso. Na última eleição não houve só um caso e levamos 82,5 por cento da votação."

NOTAS

1. Informações fornecidas por Portinho Bittencourt.
2. O fato é relatado por observação pessoal do autor.
3. Idem.

P A R T E I V

CONCLUSÃO

A ESTRUTURA DE COMANDO, A ATUAÇÃO, O POVO ENVOLVIDO, OS TEMPOS MODERNOS

Em Imaruí, a atuação política, a manutenção do poder há tanto tempo conquistado é atividade administrada profissionalmente em todo o sentido que o termo comporta. O exercício de comandar a cidade é muito mais amplo do que ganhar eleições, muito mais abrangente do que intermediar interesses. Há toda uma estrutura de dominação a atuar contando com um comando central e com distribuição de poderes a pessoas altamente preparadas para a função que exercem. O grupo que comanda a estrutura coronelista e a rede de cabos eleitorais e outros auxiliares em que se assenta, constitui-se de uma verdadeira rede de circuitos a trazer e levar informações já processadas a um comando central que conjuga dados, ativa e desativa instrumentos e distribui novos dados. Esta antiga máquina, apesar dos anos em funcionamento, não ficou obsoleta. Pelo contrário, tornou-se muito mais sofisticada e eficaz com o tempo de uso.

No centro de tudo está a família com decidida união em torno de Portinho Bittencourt, chefe político indiscutível. É a quarta geração dos Bittencourt aperfeiçoando métodos, acumulando experiências para a quinta que também já ocupa espaços. Ao redor gravitam os auxiliares diretos, os componentes do estado maior,

o primeiro escalão da administração dos órgãos de utilização pública de maior peso no Município. Depois, mas também com acesso direto ao comando supremo, estão os cabos eleitorais, os chefes da base, a linha direta entre o povo e o seu chefe. Seguem-se os Vereadores e seus suplentes, uns e outros tratados nas mesmas condições. Após eles, estão os funcionários públicos e os empregados de todos os órgãos de utilização pública. A seguir estão os compadres. Logo depois estão os agradecidos, de dever penhorado por favor recebido. Por último, os voluntários, meramente desejosos de serem notados na atuação e reconhecidos.

O pagamento de um favor, a perspectiva de necessidade, o desejo de agradar, a vontade de receber algum reconhecimento, a satisfação de colaborar com o poder, o medo de ser perseguido, tudo isso funciona como combustível e lubrificante da máquina eleitoral de estrutura hierarquizada, paternalista, autoritária.

Cada parte, mais do que treinada, é uma peça perfeita de uma engrenagem que se auto alimenta. E todos têm noção da necessidade de exercer poder, respeitar hierarquia, manter limites de atuação, ter fidelidade absoluta, para que tudo permaneça funcionando. Há um sistema que se auto sustenta e a primeira regra de sobrevivência é considerá-lo acima das próprias ambições. As ambições pessoais significariam a disputa interna e fariam com que os interesses de partes acabassem com o todo. Então, cada componente cumpre o papel que lhe é atribuído consciente de que sobrevivendo o sistema ele próprio sobreviverá.

Dentro desse entendimento, que é anterior a tudo, até o Deputado Federal da família, Epitácio Bittencourt, não dá um voto a nível nacional sem ouvir o Comandante Portinho. Deixa engatilhadas as perspectivas, mas a conclusão é consultada. Nas divergências se discute, se advoga entendimentos, mas a decisão que se acata, a última palavra, como foi a de Jerônimo, a de Ezaú, a de Pedro, hoje é a de Portinho.

Toca ao primeiro escalão o atendimento, a busca de

solução para os problemas que são trazidos pelos cabos eleitorais. Aí estão os velhos companheiros de fidelidade e competência provadas, são as pessoas que decidem em fino acorde, em total sintonia com a vontade do Comandante. Cada membro do estado maior é um especialista em Bittencourt, interpretam-lhes a vontade, entendem-lhes o pensamento, não erra jamais. Os mais respeitados em seus desejos, os que exercem vontade, porém, são os cabos eleitorais. Assumir tal posição significa passar por todo um processo de seleção que no mais das vezes começa pelo acompanhamento de um velho cabo eleitoral do lugar. Quando se aproxima a velhice, surge a doença, acontece uma mudança para outras paragens, o velho chefe de paróquia já tem alguém que vinha sendo preparado, um aprendiz de sua confiança escolhido entre os muitos candidatos a tal posição.

Surgida a ocasião o novato assume e, por mais de um ano, é fiscalizado, acompanhado em suas atividades. Um dia o Comandante vai à localidade, conversa com as pessoas, ouve opiniões. Por fim chama o estagiário, conversa com ele, portas trancadas, por um longo tempo e nasce mais um homem de confiança, um general de campo. Daí em diante sua palavra é a lei do local. Atua com o Comando Central através de recomendações, de bilhetes. Lida com o povo através de pedidos, se necessário com ordens. Como forma de se manter o préstígio do cabo eleitoral, nenhum eleitor é atendido sem a sua intermediação. Se for necessário, se o problema for de maior importância ou de solução a ser buscada em outro município ou na capital, o intermediário acompanha o protegido; cuida dele, mostra seu valor sendo recebido por gente importante de outra cidade. Na volta, sem dúvida, o favorecido contará com vantagens o quanto é desvolto, sabido e de préstígio o seu cabo eleitoral. Só não pode cometer dois tipos de erros. São pecados fatais a traição e o cair no descrédito da sua comunidade.

Os vereadores são os legalizadores da vontade do chefe.

Têm o respeito e a consideração de todos, mas seus suportes são fluidos e não subsistiriam a um confronto com um cabo eleitoral, coisa que, por sinal, jamais ocorreria.

A própria fórmula adotada para eleger o edil esvazia-lhe completamente o poder político. Há um rodízio constante, sendo que em cada legislatura uma mesma comunidade elege um vereador diferente. Dificilmente ocorre que um mesmo candidato venha a ser eleito duas vezes por um mesmo reduto eleitoral. O método é considerado de natureza democrática pelo Chefe Bittencourt: "Há um direito de opção. Nós não obrigamos as pessoas a votarem sempre no mesmo candidato, nós fazemos uma troca." Isso elimina qualquer vínculo com as bases que não o têm como representante, muitas vezes sequer o conhecem. Este método, além de fortalecer o cabo eleitoral, transforma o Vereador em mero funcionário, facilmente demissível na próxima eleição. Também é componente da mesma fórmula a alternância entre quem vai ser Vereador, suplente ou simplesmente um mero operário de votos na próxima eleição.

O sistema de escolha antecipada teve somente um único caso de alteração de previsão. Jasson dos Santos Borges, nas eleições de 1976, foi eleito no lugar de Alberto Castro. O cabo eleitoral da localidade de Ribeirão, insatisfeito com o candidato que deveria eleger, pediu permissão ao "seu" Portinho para dar alguns votos ao outro. Acabou dando demais e houve um eleito sem programação. Jasson só não foi obrigado a pedir afastamento para que assumisse Alberto, por uma questão de respeito ao cabo eleitoral, que queria mesmo ver eleito o que ganhou os votos e não o primeiro indicado.

Os que trabalham por obra e graça dos Bittencourt, os funcionários, são reunidos a cada véspera de eleição para ser lembrados de como conseguiram o emprego, da importância de se manter as mesmas pessoas no poder, do que deve ser feito para que todos fiquem satisfeitos, e do que pode acontecer para os que não sabem ter gratidão. E todos procuram saber tê-la, convertê-la em

produção eleitoral.

Mais especificamente, os professores reúnem a comunidade, distribuem modelos de cédula eleitoral e ensinam a votar. Os compadres, da mesma forma, não medem esforços. Reúnem a família, conversam com os vizinhos, arrancam promessas e vão à cidade dizer da mais absoluta solidariedade. Recebem as orientações e voltam satisfeitos em poder colaborar. Os que um dia foram atendidos em uma humilde necessidade, como todos os outros, deixaram o registro do pedido na sua ficha pessoal. A mesma ficha tem apontada a solução e as condições em que o eleitor a recebeu. Não seria necessário pedir, ele daria um jeito de o cabo eleitoral ficar sabendo que ali havia uma pessoa com gratidão no peito, mas de qualquer forma é bom lembrá-lo do quanto foi bem atendido daquela vez e que, se necessário, pode voltar outras. E a oportunidade de aliciar o poder, caso algum votante já não tenha o que fazer em prol do sistema, cria o voluntário que sempre que necessário se apresenta. De imediato é recebido, agradecido, orientado e colocado a postos.

Assim funciona o sistema de Imaruí. Tudo é irradiação de paternalismo, um paternalismo bondoso que envolve o homem simples, trata-o como nunca o tratou a vida desgraçada que leva. Para o povo, um Bittencourt é símbolo de quem ajuda, faz o bem e não pede nada em troca, um demiurgo, um tipo de dono do mundo e senhor de todas as coisas e que está próximo, que fala com qualquer um e com todos com a mesma atenção, sempre do mesmo jeito interessado. O homem simples estende a mão e acaricia gratificado aquele chefe. Estende a mão e deposita na urna o seu voto, sua insignificante retribuição.

Mesmo para conquistar alguém engajado na oposição ou alguém que para ela se tenha bandeado, a pressão, o castigo, são recursos dos quais só se lança mão em último caso. E ainda assim normalmente se pressiona e castiga não por atos de violenta agressão, mas pelo deixar de atender, pela aplicação da lei, pelos

entraves na burocracia local, pelo espalhamento da notícia de que aquele sujeito não é gente com quem se ande, o que o isola socialmente e aos seus, fazendo-o sofrer advertências de que está errado até dentro de casa. Antes de se lançar mão desses meios, todavia, vêm as conversas, os conselhos dos vizinhos, as considerações do cabo eleitoral e, se necessário, até a visita com os conselhos e alertas do Comandante Portinho. Por mais arredo que seja o inconformado com a situação, ele é envolvido, suas vontades são massageadas, seu ego acariciado, até que, por certo, ele briga com a oposição e justifica, no discurso feito na festa em sua homenagem, cheio de razão, a troca de lado, a mudança de posição.

E essa maneira carinhosa e envolvente de atuar, esse trabalho contínuo que instala sobre a vontade do eleitor a gratidão aos Bittencourt é exercido em todos os instantes, significativos ou não, da vida do indivíduo. Todo mundo acaba tendo um Bittencourt influenciando de alguma maneira a sua vontade.

Havia pouco mais de 10 mil eleitores, em princípio de 1982, quando os membros da família Bittencourt tinham sido testemunhas de 4.465 atos da vida civil dos cidadãos de seu lugar. Só Pedro Bittencourt assinou como testemunha 2.856 registros de nascimento. Só em uma das 18 igrejas e capelas existentes houve participação em 300 atos da vida religiosa.(1) É de se salientar que em cada crisma ou batizado os Bittencourt ganham um afilhado e dois compadres, e em cada casamento, dois afilhados e quatro compadres. Houve uma oportunidade, na década de 50, em que foi trazido o Bispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues, quando Pedro procedeu a crisma de 500 afilhados de uma única vez.(2) Nas conversas, no caminhar nas ruas com os seus afilhados, Pedro Bittencourt distribuiu balas de hortelã por mais de 40 anos, hábito que é seguido por Portinho. As atividades começam na infância. As crianças se aproximam à vontade, pedem a benção ao padrinho, ganham uma bala e chupam o doce do envolvimento que nasce.

O passo seguinte é dado nas escolas. Imaruí tem 37 educandários básicos, um grupo escolar e um colégio, além de uma dúzia de postos do Mobral.(3) A professora ensina a lição e a lição diz da tradição da família Bittencourt, dos benefícios que eles trouxeram para a cidade. Aprende-se o nome das principais ruas, que se chamam Bittencourt, o nome do principal centro de ensino, que é Bittencourt, quem fundou o hospital, que foram os Bittencourt, quem conseguiu a ponte, a água, a luz e abriu as estradas, que foi um Bittencourt, quem é o Prefeito, o Vereador, o Presidente da Câmara, o Deputado Estadual, o Deputado Federal, o Governador, tudo é Bittencourt.

De mãos dadas com o sistema educacional está o atendimento médico sanitário. Há um hospital bem equipado e três centros de saúde, um deles com classificação "A", pelos critérios do Ministério da Saúde, mas o mais importante no contato com o povo, são as unidades sanitárias existentes em 11 regiões do Município(4), com pessoal treinado para orientar sobre questões de saúde, levantar dados pessoais de quem se atende, deixando claro que o benefício é consequência de os Bittencourt terem sido eleitos. O trabalho é feito em todo lugar, de casa em casa, com cadastramento total do Município. As informações dos professores e dos sanitaristas, além das prestadas por outras fontes, permitem saber-se da vida de cada cidadão, suas necessidades, aspirações, dificuldades, qualidades e defeitos. Levantam-se os menores detalhes. Tudo alimenta o banco de dados cada vez mais completo e sofisticado do centro de comando da cidade.

Assim, sabe-se tudo a respeito de todos os habitantes do Município. E dentre tudo o que se sabe, sabe-se quando cada um vai começar a votar. Não é por acaso que quando se faz 18 anos em Imaruí recebe-se os cumprimentos do Prefeito, a visita do chefe local e os serviços do qualificador eleitoral. O Prefeito mostra que sabe que o aniversariante existe e é importante, o representante político mostra o reconhecimento ao status que

adquire o novo eleitor e o qualificador eleitoral, nomeado pelo Juiz mas com vínculos políticos, trata dos documentos. Munido de máquina fotográfica, esse voluntário auxiliar da Justiça Eleitoral, indicado e guiado pelo sistema mandante, legaliza o eleitor. Emprasta o terno, bate as fotografias, providencia a carteira de identidade, prepara o título, leva a ficha de inscrição ao partido, deixa o livrinho com os discursos dos Deputados da família e, de lambuja, meia dúzia de fotos três por quatro e uma tamanho postal.

Assim funcionam as coisas em Imaruí, onde se vota de maca, com a ambulância indo e voltando do hospital; não se paga iluminação pública, água, imposto predial, esgoto ou qualquer outra contribuição de melhoria; o povo não paga o médico nem a cirurgia; não se paga a escola ou o material de aula; o Prefeito avaliza o empréstimo e o beneficiário no dia certo paga, não falha. Assim é Imaruí, onde a única fotocopiadora é do Vereador da situação e, conforme o freguês, a máquina quebra; na época de eleição o único fotógrafo e o único gráfico, infelizmente, estão muito ocupados para os serviços da oposição, onde a rádio emissora usa um tipo de gravador, de modelo exclusivo, que só funciona para rodar as propagandas da situação. É longa a história do controle de Imaruí, onde cada time de futebol ganha as camisas, a bola e o campo do bondoso "seu" Portinho, onde as igrejas ganham verbas e o padre agradece no sermão de domingo, com bençãos ao Bittencourt que fez a doação.

A família Bittencourt preserva métodos tradicionais enquanto lança mão de novos instrumentos de dominação, aumentando sua atuação e abrangendo áreas novas de influência. Jerônimo e Ezaú tinham os compromissos na cabeça, percorriam os sítios a cavalo, faziam com o vagar da época cada atendimento, cada conquista. No mais das vezes contavam com os próprios recursos para fazer o favor. Já Pedro deu outro ritmo ao jogo de dominação, agarrando-se rápido às novidades, renovando o arsenal dos meios

com que atuou. Se novos instrumentos eram utilizados pelo Governo para intensificar sua supervisão, com agilidade o Coronel tomava conta deles e os transformava em mais um meio para a manutenção e aprofundamento de seu poder. Se repartições públicas especializadas fossem criadas para atender às necessidades do seu povo, então que estas repartições ficassem sob o seu controle.

Pedro Bittencourt já preocupava-se em racionalizar a sua atuação coronelista, em viabilizá-la mais eficaz com o instrumental da burocracia, das transformações técnicas e da urbanização.

Montou, para tanto, um escritório onde trabalhava isolado. A decoração das paredes era feita de cartazes de campanha política que iam sendo sobrepostos, desde os da Campanha Liberal. Era um casarão antigo, de teto escuro e mal iluminado, tomado de um aspecto místico, que passou a ser conhecido como "passa sabão do seu Pedro" (passar sabão significa aconselhar com severidade, repreender), onde as pessoas formavam fila para serem atendidas. E o que acontecia, os pedidos, os favores, os intermediários, tudo se registrava em um velho e ensebado livro. No local se tratava de tudo, desde os conselhos para o namoro, o reajuste do casamento, a briga com o vizinho, ao empréstimo no banco ou dinheiros de um órgão federal.

Hoje os mesmos temas ainda preenchem a agenda do Comandante Portinho. Se a postura é preservada, os métodos, todavia, modernizaram-se. Um sistema de fichas pessoais é constantemente anotado e conferido. A atuação individual de Pedro foi substituída por um competente assessoramento a Portinho, chefiado pelo fiel escudeiro Carlos Eduardo Faust. Ao se falar com o chefe da família, hoje, percebe-se ao seu redor um bom aparato administrativo, com funções bem distribuídas, funcionando com secretárias, agendas, audiências marcadas e assessores. O candidato mais forte à sua sucessão, o Deputado Estadual Pedro Bittencourt Neto, filho de Epitácio, já controla seus interesses

políticos por meio de computador, e acaba de convencer ao tio Portinho, que já encomendou os serviços, a trazer a informática para Imaruí.

A noção dos novos tempos não se confere apenas por esses dados. Muito mais importante do que isso é a manipulação dos meios de atendimento ao povo. Na manutenção de seu poder, os Bittencourt usam a educação, o aparelho judiciário, o sistema de saúde e a informação de massa.

A rádio emissora pertence à família que, inteligentemente, a explora como qualquer emissora comercial. As notícias que se quer melhor divulgar ou as verdades que devam ser criadas são normal e sutilmente inseridas no contexto geral, com todos os sintomas dignos de credibilidade. O hospital e os centros de saúde se constituem, para a família, em serviço previdenciário de propriedade particular e os Bittencourt usam-no conforme a sua vontade. Os auxiliares da Justiça são mais leais a seus vínculos com os Bittencourt do que com o papel que desempenham. Não falta escola no local, mas também não falta estudante sendo educado para continuar acreditando que o que acontece é perfeitamente correto, além de ser o melhor possível.

Qualquer governo autoritário conhece bem o significado, a importância e abrangência destes aparelhos. Mas ter a educação, a saúde, a Justiça e a informação, tudo à sua disposição, exige requintes de habilidade política verificáveis apenas em solitários gênios. Em um disputadíssimo jogo de xadrez, onde cada peça é viva, fugidia e com interesses próprios, tendo como adversária a própria evolução da civilização, Pedro Bittencourt venceu a partida e passou a usufruir com os mais profundos detalhes de todos os louros dessa glória.

O coronelismo do rincão distante é sustentado pelo bolso do coronel, tudo depende dele e não há concorrência com nada. O coronel paga a consulta médica, arranja o advogado, consegue uma vaga na escola, aluga um espaço para aparecer na rádio.

Mas isso deixa o coronel muito dependente, sempre tendo de enfrentar, mesmo que com relativa facilidade, as grandes instituições onde outros mandam.

Pedro Bittencourt desde cedo entendeu isso, e na medida em que seus votos certos passaram a ser sempre e mais decisivos em eleições cada vez mais concorridas, passou a exigir, em retribuição aos votos, que seus eleitores fossem favorecidos não de forma individual e ocasional, mas de forma coletiva, ficando, todavia, o controle do instrumental de atendimento inteiramente em suas mãos. Assim, Pedro Bittencourt não pedia um médico para quem necessitasse, obtinha um hospital. Não queria bolsa de estudo para o filho de um ou de outro protegido, quiz e ganhou a criação de quase 40 unidades de ensino. Não negociou um empréstimo, negociou duas agências bancárias, não negociou um espaço para falar, negociou uma rádio emissora. (5)

A coisa toda, além de favores e agradecimentos, passou a ter um certo tempero, um certo gosto e jeito de negócio. O Coronel barganhava com os políticos maiores canalizando-lhes os votos e obtinha os votos usando o que conseguira com os políticos maiores. Mas é de se destacar o fato de que ele não trocava o voto pelo favor. A troca era feita pelo instrumento favorecedor. Em face dessa forma de mercadejar a intermediação o povo permanecia dependente do Coronel, mas o Coronel passava a ter grande autonomia de vôo, agindo ao seu talante, livre de maiores pressões.

Assim tem subsistido a todos os reveses, se é que reveses houve ou há, a estrutura coronelista de Imaruí, preservando, adaptando ou lançando mão de novos aparelhos de dominação, criando meios e capilarizando-se por todos os espaços onde se pode exercer poder. Para passar do fazer favor por conta própria ao domínio de todas as instituições de atendimento às necessidades básicas da população, criando um sistema de dominação e

dependência praticamente inabalável, foi necessário trabalho diuturno e tirocínio inegável. Trabalho para transformar Imaruí em uma cidade com infra-estrutura completa, com pavimento asfáltico, bem iluminada, com a população tendo acesso a todos os mecanismos propiciadores de bem estar social. Tirocínio para não deixar de realizar as obras, sem o que se despediria o povo, e por deixar instalada dentro da consciência de cada eleitor a convicção de que elas existem porque existem os Bittencourt.

N O T A S

1. Dados colhidos pelo autor que possui registros detalhados.
2. Dado fornecido por Djalba Bittencourt Coelho e confirmado por outros membros da família bem como por populares.
3. Números obtidos junto à Prefeitura Municipal de Imaruí.
4. Informações prestadas por Portinho Bittencourt e por Hailor Delambre Dias.
5. Números fornecidos pela Prefeitura Municipal de Imaruí e constatados pelo autor.

B I B L I O G R A F I A

1. BASBAUM, Leôncio. História sincera da República. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 2 v.
2. BENNETT, John W. Paternalismo. In: Enciclopédia internacional de las ciencias sociales. 1975. v. 7, p. 674-8.
3. BOSSLE, Alírio Barreto. O mais antigo prefeito do Brasil. /Florianópolis/, 1949. 13 p.
4. BRASIL; história. In: ENCICLOPÉDIA barsa. Rio de Janeiro. Encyclopaedia Britannica, 1968. v. 3, p. 284-322D.
5. CARONE, Edgard. A República Velha. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978. 2 v.
6. CARVALHO, José Murilo de. Em louvor de Victor Nunes Leal. Dados. Rio de Janeiro, 23 (1) : 5-9, 1980.
7. FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1977. 2 v.
8. FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da República; 1889/1945. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, s. d. 55 p.
9. FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 117 p.
10. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963. 589 p.

11. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963. 309 p.
12. HENRIQUES, Affonso. Vargas; o maquiavélico. São paulo, Palácio do Livro, 1961. 462 p.
13. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963. 228 p.
14. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo; uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981. 88 p.
15. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 276 p.
16. _____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. Dados. Rio de Janeiro, 23 (1) : 11-4, 1980.
17. LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder político e mudança social; estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages - SC. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1977. 145 p. (Tese de Mestrado).
18. MASTROPAOLO, Alfio. Clientelismo. In: BOBBIO, Norberto & MATEUCCI, Nicola. Dicionário de política. Trad. Raul Crisafio, Alfonso García, Mariano Martín, Jorge Tula. México, Siglo Veintiuno, 1982. p. 271-4.
19. MÉDARD, Jean - François. Le papport de clientéle; du phénomène social à l'analyse politique. Revue Française de Science Politique. 26 (1) : 103-31, fév. 1976.
20. MÊRCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil; contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 235 p.
21. PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1969. 250 p.
22. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1977. v. 3, Cap. 3, p. 153-90.
23. SILVA, Hélio. 1889; a república não esperou o amanhecer. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 595 p.
24. SILVEIRA, Claudir. Levantamento de dados sobre Imaruí. Ima-

ruí, /1983/. Trabalho não publicado.

25. VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Coronel, coronéis. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1978. 225 p.